Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.401

Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br

TERÇA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 2024

BOMBARDEIO

UNOCHA - Viktoriia Andriievska

MÍSSEIS RUSSOS MATARAM PELO MENOS SETE PESSOAS E ATINGIRAM UM HOSPITAL INFANTIL NA CAPITAL UCRANIANA, Kiev, na segunda-feira, enquanto outro ataque na cidade central ucraniana de Krivii Rih matou pelo menos dez. O bombardeio russo teve como alvo cinco cidades ucranianas com mais de 40 mísseis de diferentes tipos, atingindo prédios residenciais e infraestrutura pública. Em Kryvyi Rih, 31 pessoas ficaram feridas, além das dez mortes no que o chefe da administração da cidade, Oleksandr Vilkul, disse ser um ataque massivo de mísseis. Explosões também foram relatadas por autoridades locais na região central de Dnipropetrovsk. No hospital infantil Okhmatdit em Kiev, os socorristas estavam procurando pessoas sob os escombros de uma ala parcialmente desabada da instalação e o número de vítimas ainda não é conhecido. **PÁGINA 5**

Parte do dinheiro foi utilizado para custear a estadia de Bolsonaro nos EUA

PF liga Bolsonaro ao desvio de R$ 6,8 milhões

O grupo criminoso montado no governo do ex-presidente usava duas formas para desviar joias e presentes de alto valor presenteados em razão de seu cargo

A Polícia Federal (PF) concluiu em investigação que o ex-presidente Jair Bolsonaro teve participação no desvio ou na tentativa de desvio de mais de R$ 6,8 milhões em presentes como esculturas, joias e relógios, recebidos de países estrangeiros em razão de sua condição de mandatário do Brasil. A investigação da PF apurou a existência de uma associação criminosa cujo objetivo seria, especificamente, desviar e vender objetos de valor recebidos por Bolsonaro como presente oficial. "Identificou-se ainda que os valores obtidos dessas vendas eram convertidos em dinheiro em espécie e ingressavam no patrimônio pessoal do ex-presidente da República, por meio de pessoas interpostas e sem utilizar o sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem, localização e propriedade dos valores", aponta o relatório da PF. Assinado pelo delegado responsável Fábio Shor, o relatório conclui que "os elementos acostados nos autos evidenciaram a atuação de uma associação criminosa voltada para a prática de desvio de presentes de alto valor recebidos em razão do cargo pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro e/ou por comitivas do governo brasileiro, que estavam atuando em seu nome, em viagens internacionais, entregues por autoridades estrangeiras, para posteriormente serem vendidos no exterior". **PÁGINA7**

ELEIÇÕES

Macron rejeita pedido de renúncia de Attal

O presidente da França, Emmanuel Macron, rejeitou um pedido de renúncia do primeiro-ministro Gabriel Attal na segunda-feira, 8, e pediu que ele permaneça temporariamente no cargo, após o surpreendente resultado das eleições legislativas deixar o governo em um limbo político. Os eleitores dividiram o Parlamento francês. **PÁGINA 6**

DEFASAGEM

Petrobras eleva gasolina em R$ 0,20 por litro

A Petrobras anunciou na segunda-feira, 8, o primeiro aumento da gasolina no ano e da gestão da presidente da estatal, Magda Chambriard. O reajuste gira em torno dos 7,8%, ou mais R$ 0,20 por litro. O preço para as distribuidoras passa a ser, em média, de R$ 3,01 a partir de terça-feira. **PÁGINA 2**

HOSPITAL

Profissionais fazem ato contra municipalização

PÁGINA 8

MERCOSUL

Ricardo Stuckert - PR

O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA CRITICOU O QUE CHAMOU DE "NACIONALISMO ARCAICO E ISOLACIONISTA", ao discursar na Cúpula do Mercosul, no Paraguai. "No mundo globalizado, não faz sentido recorrer ao nacionalismo arcaico e isolacionista. Tampouco há justificativa para resgatar as experiências ultraliberais que apenas agravaram as desigualdades em nossa região", disse. **PÁGINA 2**

DIVERGÊNCIAS

Argentina quer acordos bilaterais no Mercosul

A delegação da Argentina defendeu na reunião do Mercosul que o bloco mude suas regras e autorize os membros a firmar acordos comerciais bilaterais com outras nações e grupos. A posição é contrária a do Brasil. As atuais normas impedem esse tipo de negociação comercial país a país. **PÁGINA 3**

DESASTRE

Beryl volta a ganhar força e chega à costa do Texas

PÁGINA 6

IBOVESPA 126.419,30 ↑ 0,22%

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	38.44	+2.45%	+0.92
B3 ON NM	10.69	+1.62%	+0.17
BRADESCO PN EJ N1	12.46	0.00%	0.00
AMERICANAS ON NM	0.50	+11.11%	+0.05
GOL PN N2	1.23	+4.24%	+0.05

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PLASCAR PARTON	5.98	+19.60%	+0.98
AGROGALAXY ON NM	1.660	+13.70%	+0.200
PINE ON N2	5.89	+11.13%	+0.59
AMERICANAS ON NM	0.50	+11.11%	+0.05
IMC S/A ON NM	1.57	+10.56%	+0.15

Mais Negociadas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	37.32	−1.37%	−0.52
SUZANO S.A. ON NM	57.00	−0.59%	−0.34
SABESP ON NM	81.70	+1.30%	+1.05
VALE ON NM	63.86	−0.50%	−0.32
LOCALIZA ON EJS NM	43.60	+3.44%	+1.45

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.344,79	-0,079%
S&P 500	5.572,85	+0,10%
NASDAQ	18.403,74	+0,28%
DAX 30	18.472,05	-0,018%
FTSE 100	8.193,49	-0,13%
IBEX 35	11.022,10	-0,013%

	COMPRA	VENDA	OSCIL.
DÓLAR COMERCIAL	5,475	5,476	↑ 0,25%
PESO	0,006	0,006	↓ -0,62%
EURO	5,926	5,927	↑ 0,09%
LIBRA	7,008	7,012	↓ -0,27%

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R$ 416,59	2.359,31

MERCOSUL

Lula critica nacionalismo arcaico e isolacionista

Presidente lembrou que, nos últimos anos, o bloco permitiu que conflitos e disputas, muitas vezes alheios à região, se sobrepusessem à vocação de paz e cooperação

Ricardo Stuckert - PR

Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva durante a sessão Plenária dos Presidentes dos Estados Parte do MERCOSUL e Estados Associados

Ao discursar na Cúpula do Mercosul, no Paraguai, na segunda-feira (8), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o que chamou de "nacionalismo arcaico e isolacionista". "No mundo globalizado, não faz sentido recorrer ao nacionalismo arcaico e isolacionista. Tampouco há justificativa para resgatar as experiências ultraliberais que apenas agravaram as desigualdades em nossa região", disse.

Lula lembrou que esta é a 19ª Cúpula do Mercosul de que participa como chefe de Estado. Para ele, "nunca nos deparamos com tantos desafios, seja no âmbito regional, seja em nível global".

"Nos últimos anos, permitimos que conflitos e disputas, muitas vezes alheios à região, se sobreponham à nossa vocação de paz e cooperação. Voltamos a ser uma região balcanizada e dividida, mais voltada para fora do que para si própria", afirmou.

"Num contexto de acirramento da competição geoestratégica, a questão que se impõe é se nossos países querem se integrar ao mundo unidos ou separados. Não vejo contradição entre participar da economia global e cooperar entre vizinhos. Minha aposta no Mercosul como plataforma de inserção internacional e de desenvolvimento do Brasil permanece inabalável. Nosso bloco é um projeto ambicioso e que gerou muitos frutos desde seu lançamento", disse.

O presidente Lula destacou que o comércio entre países da região multiplicou-se dez vezes ao longo dos últimos anos e, atualmente, soma US$ 49 bilhões. "É preciso pensar grande, como nossos antecessores ousaram fazer nesta capital há 33 anos. O Mercosul será o que quisermos que seja. Não nos cabe apequená-lo com propostas simplistas que o debilitam institucionalmente. Nossos esforços de atualização devem apontar para outra direção".

Ao mencionar a tentativa de golpe de Estado na Bolívia no mês passado e os atos extremistas registrados no Brasil em janeiro de 2023, Lula avaliou que "não há atalhos à democracia na região, mas é preciso permanecer vigilantes". "Falsos democratas tentam solapar as instituições e colocá-las a serviço de interesses reacionários. Enquanto nossa região seguir entre as mais desiguais do mundo, a estabilidade política permanecerá ameaçada", afirmou.

"Democracia e desenvolvimento andam lado a lado. Os bons economistas sabem que o livre mercado não é uma panaceia para a humanidade. Quem conhece a história da América Latina reconhece o valor do Estado como planejador e indutor do desenvolvimento", completou.

Lula falou sobre a incorporação da Bolívia como sexto membro do Mercosul. "A adesão plena da Bolívia tem enorme valor estratégico e faz do nosso bloco ator incontornável no contexto da transição energética. Somos ricos em recursos minerais e possuímos abundantes fontes de energia limpa e barata. Temos tudo para nos tornar um elo importante na cadeia de semicondutores, baterias e painéis solares".

"Podemos formar uma aliança de produtores de minerais críticos para que os benefícios do processamento desses recursos fiquem em nossos países", defendeu.

Ainda durante seu discurso na Cúpula do Mercosul, Lula avaliou que países da América Latina devem liderar a discussão sobre combate às mudanças climáticas, citando as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul há cerca de dois meses. "A crise climática nos aproxima muito rapidamente de um cenário catastrófico", disse.

"No último um ano e meio, vivemos secas históricas na Amazônia, nos Pampas e no Pantanal brasileiro e boliviano, que também padeceram com incêndios nos últimos dias. Há poucas semanas, o Rio Grande do Sul sofreu enormes perdas humanas e materiais com inundações sem precedentes, que também impactaram o Uruguai".

"Além de agradecer a solidariedade de todos os sócios do Mercosul que ofereceram prontamente os mais diversos tipos de ajuda humanitária, quero fazer um chamado por maior engajamento e ambição climática. É muito oportuna a adesão do Mercosul, nesta cúpula, ao Memorando de Entendimento sobre cooperação em gestão integral de risco de desastres. Somos o continente com a maior floresta tropical e as maiores reservas de água doce do mundo", disse o presidente.

O presidente disse que a democracia prevaleceu na Bolívia por causa das ações do governo local, do povo boliviano e da comunidade internacional. O país passou por um princípio de levante militar no mês passado. Lula também disse que "falsos democratas" tentam "solapar as instituições".

O presidente afirmou ainda que lançará dentro de duas semanas a Aliança Contra a Fome e a Pobreza. A iniciativa será dentro do G20, que neste ano é presidido pelo Brasil. Lula pediu apoio de outros países da região. "Em duas semanas farei a apresentação da Aliança Contra a Fome e a Pobreza no âmbito do Grupo, que será aberta em breve a todos os países. Espero contar com o apoio de todos vocês como membros da aliança", disse o presidente brasileiro.

O presidente disse que o acordo entre o bloco e a União Europeia só não saiu até agora por causa de contradições dos europeus. "Só não concluímos o Acordo com a União Europeia porque os europeus ainda não conseguiram resolver suas próprias contradições internas", disse o petista.

Lula também citou outras negociações internacionais. "Espero que neste ano possamos aprofundar o diálogo sobre um acordo abrangente com a China", disse.

"Nos orgulhamos de ser o primeiro país do bloco a ratificar o Acordo de Livre Comércio com a Palestina, mas não posso deixar de lamentar que isso ocorra no contexto em que o povo palestino sofre com as consequências de uma guerra totalmente irracional", declarou o líder brasileiro.

O presidente Lula também defendeu, na reunião do Mercosul, o desenvolvimento de capacidade para coletar, processar e armazenar dados na região. "É preciso habilitar nossa região a desenvolver capacidade própria de coletar, processar e armazenar dados, insumo fundamental para avançar no desenvolvimento tecnológico e na digitalização da indústria regional", disse o presidente brasileiro.

REAJUSTES

Petrobras aumenta gasolina em R$ 0,20 por litro

A Petrobras anunciou na segunda-feira, 8, o primeiro aumento da gasolina no ano e da gestão da presidente da estatal, Magda Chambriard. O reajuste gira em torno dos 7,8%, ou mais R$ 0,20 por litro. O preço para as distribuidoras passa a ser, em média, de R$ 3,01 a partir de terça-feira, 9, informou a estatal.

"Considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol anidro para composição da gasolina C vendida nos postos, a parcela da Petrobras na composição do preço ao consumidor passará a ser de R$ 2,20/litro, uma variação de R$ 0,15 a cada litro de gasolina C", disse a Petrobras em nota.

O último reajuste da gasolina havia ocorrido em outubro do ano passado. Segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a defasagem em relação ao mercado internacional era de 18% antes do aumento de segunda.

De acordo com a Petrobras, desde a implementação da nova estratégia comercial, a estatal reduziu seus preços de venda da gasolina para as distribuidoras em R$ 0,17/litro.

A estatal também reajustou para cima o preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), sem aumento desde março de 2022. O preço de venda para as distribuidoras passará a ser, em média, equivalente a R$ 34,70 por botijão de 13kg, um aumento equivalente a R$ 3,10. Desde dezembro de 2022, a Petrobras reduziu seus preços de venda para as distribuidoras em valor equivalente a R$ 7,34/13kg.

A Petrobras assinou com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aditivo ao Termo de Compromisso de Cessação (TCC) do Refino firmado em 2019, por meio do qual foram pactuadas novas obrigações envolvendo as atividades da Petrobras na oferta de petróleo e derivados de petróleo a terceiros em território nacional.

As novas obrigações preservam o objetivo original do TCC de manutenção da competitividade no mercado de refino. O aditivo também contempla as investigações instauradas pelo Cade após a celebração do TCC de 2019 e suspende tais inquéritos administrativos envolvendo a Petrobras.

Em razão de obrigação assumida com o Cade, a Petrobras disponibiliza ao mercado, por meio deste Comunicado, suas Diretrizes de Comercialização de Petróleo (óleo cru) a terceiros para entregas por via marítima.

Dentre outras obrigações pactuadas, ressalta-se que a Petrobras se compromete a ofertar, a qualquer refinaria independente em território brasileiro, a possibilidade de celebrar Contrato Frame por meio do qual, observando as condições estabelecidas no TCC, refinarias independentes terão garantia de disponibilidade de volume mínimo de petróleo para a entrega por via marítima, durante períodos de negociação mensais, sem qualquer compromisso de aquisição com a Petrobras.

Além disso, a Petrobras se compromete a apresentar ao Cade informações, conforme definido no Plano de Trabalho anexo ao TCC, que permitam a verificação do caráter não discriminatório da venda de petróleo (óleo cru) a terceiros e da estratégia comercial da Petrobras para a venda de derivados de petróleo, demonstrando sua aderência aos termos do TCC e aos preceitos da Lei de Defesa da Concorrência brasileira (Lei nº 12.529/2011).

Como já informado ao mercado, o prazo de vigência das obrigações pactuadas no Aditivo ao TCC Refino é de 3 anos, podendo ser prorrogáveis por igual período, e o aditivo desobriga a Petrobras de prosseguir com os desinvestimentos de refinarias previstos no acordo original e que ainda não haviam sido concluídos, não obstante os melhores esforços da companhia.

A Petrobras considera que a assinatura do aditivo ao TCC consolida os esforços de cooperação entre o Cade e a companhia e está alinhada ao atual momento de transição na configuração do sistema de refino brasileiro.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal **Diário Comercial** Ltda.

FILIADO À: ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br – **SP - José Castelo** • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

Rio de Janeiro
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

São Paulo
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

Brasília
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038

Belo Horizonte
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

NEGOCIAÇÕES

Argentina defende acordos entre dois países no Mercosul

Mondino, representante do presidente Javier Milei, defendeu que o bloco tenha “flexibilidade” e aceite que um país feche acordos de livre comércio isoladamente

José Cruz - Agência Brasil

Diana Mondino: “pensemos na possibilidade de que haja acordos bilaterais. É muito difícil que todos estejam de acordo em todos os temas”

Em novo choque com a posição defendida pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, a delegação da Argentina defendeu na reunião do Mercosul que o bloco mude suas regras e autorize os membros a firmar acordos comerciais bilaterais com outras nações e grupos. As atuais normas impedem esse tipo de negociação comercial país a país. Os ministros das Relações Exteriores também queixaram-se do estágio de negociações com a União Europeia.

A chanceler da Argentina, Diana Mondino, representante do presidente libertário Javier Milei, defendeu que o bloco tenha “flexibilidade” e aceite, a depender da situação, que um país feche acordos de livre comércio isoladamente. Ela falou em reunião do Conselho Mercado Comum, neste domingo, dia 7, antes da chegada dos presidentes, em discurso que pela primeira vez detalhou as intenções do governo Milei no bloco.

“Pensemos na possibilidade de que haja acordos bilaterais. É muito difícil que todos estejam de acordo em todos os temas. Eventualmente pode haver um caso em que um acordo comercial bilateral seja conveniente”, disse a ministra argentina, que defendeu uma revisão gerencial sobre o funcionamento do Mercosul.

Foi a mais longa intervenção de um chanceler e Mondino voltará a falar nesta segunda-feira, dia 8, já que Milei boicotou a cúpula e não viajou a Assunção, no Paraguai. “São iniciativas positivas para que possamos trabalhar melhor, não eliminar nem matar nada ”

Com isso, a Argentina se somou ao antigo pleito do Uruguai, que sob o governo de centro-direita de Lacalle Pou também levantou esse pleito, com foco em um tratado de livre comércio com a China. Montevidéu argumenta que não haveria prejuízo em sair na frente nas negociações com Pequim.

A resposta do Itamaraty já estava dada. Antes da cúpula, a delegação brasileira disse que somente estaria aberta a uma negociação em conjunto, como bloco - jamais de forma bilateral. A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. A chancelaria brasileira afirma que o Tratado de Assunção é “claro” ao não permitir negociações isoladamente, em que pese a insistência uruguaia, que agora ganha adesão dos argentinos.

O Brasil e o Paraguai defendem a manutenção das regras atuais. Ambos dizem que devem negociar em bloco. Qualquer alteração no tratado dependeria de um acordo amplo com todos os membros, já que as decisões do Mercosul são tomadas por consenso.

No caso do Paraguai, há ainda uma questão geopolítica de fundo. Embora se diga aberto a negociação com a China, um avanço é considerado por diplomatas remotíssimo ou de chance quase nula, já que o país sul-americano é um dos principais aliados diplomáticos de Taiwan, a ilha que Pequim considera rebelde e planeja retomar.

“As ações realizadas em matéria de relações externas devem ser acordadas e desenvolvidas em conjunto, convenientemente analisadas com o critério da relação custo-benefício, atendendo a interesses genuínos e descartando segundas intenções”, disse o chanceler paraguaio Rubén Lezcano. “A conjunção dos mercados é uma propriedade compartilhada que não pode ser objeto de disposição individual. Devemos levar em conta que a principal atratividade do bloco está no mercado unificado, pela sua dimensão e capacidade de consumo.”

Além da questão negocial, a delegação argentina também divergiu do Brasil - como esperado - em uma série de pontos discutidos nas reuniões prévias à chegada dos presidentes. O impacto das posições de Milei sobre o bloco restou evidente, apesar de sua ausência ter esvaziado a relevância do bloco.

A delegação brasileira já tinha explicitado uma divergência com a Argentina ao defender a tese de golpe na Bolívia - de forma isolada, além do próprio país. Milei afirma que a quartelada ocorrida no fim de junho em La Paz foi uma fraude. Nos bastidores, a chancelaria argentina se opôs ao avanço de pautas da agenda socioambiental, de mulheres e identitária. Ativistas LGBTQIA+ tem apontado retrocessos com veto a discussões e bloqueio de declarações e termos

Também repercutiu na Argentina a informação de que a delegação de Mondino se incomodou com a assinatura de um acordo para promover recursos e alcance ao setor audiovisual e do cinema - com o qual Milei trava uma batalha ideológica no país. E surpreendeu-se com o fato de o Brasil ter mencionado que colocou em vigor um acordo de 2011, de livre comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina - em gesto político em favor dos palestinos, enquanto Lula vive um momento de quase rompimento de relações com Israel por causa da guerra na Faixa de Gaza. Milei, por sua vez, apoia incondicionalmente Israel e já deixou de ser reunir com países árabes.

Em recados políticos, o chanceler Mauro Vieira disse que o Mercosul deve trabalhar para superar rivalidades. O anfitrião Lezcano disse que o Paraguai concordava com um Mercosul “pragmático”.

Os chanceleres de países do Mercosul reclamaram do andamento das negociações com a União Europeia (UE) e defenderam priorizar as tratativas mais promissoras com potenciais parceiros abertos a concluir acordos de livre comércio de forma mais célere.

Os ministros das Relações Exteriores realizaram a reunião do Conselho Mercado Comum. Os entraves ao acordo com a UE, em tratativas há 25 anos, motivaram críticas de Argentina, Uruguai e Paraguai. Em paralelo, os países do Mercosul se dividiram e passaram a entabular conversas com países da Ásia, América Central e Oriente Médio.

Entre as tratativas que ganharam impulso recentemente estão Emirados Árabes Unidos, El Salvador, Japão, República Dominicana, Panamá e o bloco Efta - a Associação Europeia de Comércio Livre, formada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Já houve também uma rodada inicial de conversas com o Japão. Na Ásia, o primeiro acordo foi fechado no ano passado, com Cingapura Há contatos com Vietnã, Indonésia e Canadá.

“É indiscutível que o Mercosul até agora não conseguiu facilitar acesso aos grandes mercados fora da zona, no resto do mundo. Nosso bloco não tem acordos com os países que dinamizam. É verdade que quase já temos, sim, mas ainda não, não terminou o acordo UE--Mercosul. E no futuro próximo temos que ter relação com os países que hoje dinamizam o mercado”, criticou a argentina Mondino.

O Brasil coordena as conversas com a Comissão Europeia, alvo de insatisfações. O governo Luiz Inácio Lula da Silva decidiu questionar pontos já fechados, como o capítulo de compras governamentais, por entender que o acordo estava desequilibrado e que havia sido quebrada uma confiança, quando a UE passou a exigir compromissos ambientais adicionais.

Segundo o governo Lula, essas condições e leis paralelas contra o desmatamento aprovadas pelos europeus poderia levar a punições unilaterais ao agro sul-americano. Agora, a diplomacia afirma que houve avanços e que faltam apenas detalhes.

“No caso das relações com a União Europeia, constato que, não obstante as eleições realizadas para o Parlamento Europeu, nosso objetivo de alcançar um acordo ambicioso e equilibrado segue vigente. Foi possível estabelecer uma dinâmica positiva nessa negociação e, inclusive, chegamos a entendimentos em temas centrais para o Brasil, como compras governamentais. Vemos os próximos meses como grande oportunidade para lograr os avanços necessários para a conclusão de um acordo que buscamos há mais de duas décadas”, disse o ministro Mauro Vieira.

“Vimos como o processo com a UE se mostrou outra vez demorado e com muita incerteza, evidentemente muito contrário aos interesses e à visão do Uruguai. Deveríamos ter concluído as negociações no ano passado. Após tantos anos, o panorama que resta para este ano está longe de ser melhor do que o ano passado, e isso era previsível. Esta negociação estava praticamente fechada e deveríamos ter corrido o risco de reabrí-la naquela momento”, afirmou o chanceler Omar Paganini.

A despeito da visão cética, o uruguaio compartilhou que seu país mantém o compromisso e que o acordo com a UE é prioritário para as economias da região, com consequências inclusive geopolíticas Já a negociação com o Efta, disse ele, ainda está “longe de uma assinatura rápida” e “não avançam como o esperado”. Ele lembrou se a Índia conseguiu concluir um acordo similar e disse que “não é possível que o Mercosul não consiga fazê-lo”.

O Uruguai, que defende uma negociação com a China, inclusive de forma isolada, entende ser positiva a abertura da negociação com os emiráticos, embora reconheça que há “complexidade”.

As negociações externas do bloco foram definidas como escassas pelo Paraguai. O país anfitrião afirmou que o bloco saiu da “letargia” de uma década sem firmar novos acordos apenas no fim do ano passado, quando assinou com Cingapura O país coordenou as conversas com os emiráticos e afirmou que vai trabalhar para concluir em “curto prazo”.

“Queremos ser claros e reiterar que na definição das nossas próximas frentes de negociação nos concentramos nos países que têm uma vocação de abertura semelhante. Não podemos ficar presos em processos nos quais não avançamos”, disse Lezcano, que lidera pelo Paraguai uma negociação recém-iniciada com os Emirados Árabes Unidos. “Desejo enfatizar a determinação do meu país em priorizar acordos equilibrados. Não vamos ceder nem aceitar imposições de políticas protecionistas dos países desenvolvidos, que, com discursos bem-intencionados, tentam estabelecer medidas que acabam por se tornar obstáculos ao comércio.”

O ministro brasileiro disse que espera poder levar adiante negociações durante o atual semestre com a República Dominicana e destacou o recente interesse do Panamá - o presidente Raúl Mulino participa da cúpula, em gesto de abertura para um futuro acordo.

Para Vieira, o acordo celebrado em dezembro com Cingapura no ano passado foi “fruto da estratégia acertada de dar prioridade às frentes com resultados possíveis”. Ele disse ter expectativa de que assim siga a conversa com os Emirados Árabes.

“Vemos grande potencial nas discussões com esse país, que se posiciona como um dos importantes parceiros comerciais e grandes investidores no Brasil e nos países do Mercosul. Nossa expectativa é que seja conferida prioridade a essa frente, com vistas à conclusão das tratativas ainda em 2024. Para isso, podem contar com o engajamento do governo brasileiro”, disse o chanceler de Lula.

RISCO RETORNO

Monte Bravo reduz projeção do Ibovespa no fim do ano

A Monte Bravo reduziu sua projeção para o Ibovespa ao final de 2024, de 150 mil pontos para 145 mil pontos. “A elevação da percepção de risco piora relação de risco retorno do ativos brasileiros”, afirma o relatório assinado pelo estrategista-chefe e head de research da Monte Bravo Corretora, Alexandre Mathias.

Na visão da corretora, a acomodação da atividade e a desaceleração da inflação dos Estados Unidos sancionam a expectativa de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed) partir de setembro, o que seria positivo aos ativos brasileiros. Porém, incertezas internas podem atrapalhar essa expectativa.

“Infelizmente, enquanto os ativos de risco no mundo inteiro estão em alta, por aqui o ruído político elevou muito a incerteza fiscal e fomentou dúvidas sobre a conduta a partir de 2025”, afirma Mathias.

Neste sentido, a Monte Bravo indica que muito da desvalorização cambial em junho deveu-se a fatores internos. No sexto mês de 2024, o dólar fechou cotado a R$ 5,5884 - maior valor desde janeiro de 2022, ainda no pós-pandemia - e acumulou alta de 15,2% no primeiro semestre de 2024, cita.

“Se é verdade que a elevação dos juros nos EUA contribuiu para a alta do dólar nos cinco primeiros meses do ano, a valorização de junho é predominante doméstica, pois os (rendimentos dos) Treasuries caíram no mês”, explica.

Conforme os cálculos da Monte Bravo, caso o câmbio se mantenha no nível visto no final de junho contratará quase um ponto porcentual a mais para a inflação de 2025 e levaria a uma elevação da taxa Selic se a meta de inflação for levada a sério

Mathias avalia que a deterioração “importante” dos ativos brasileiros em junho - o Ibovespa perdeu 7,7% naquele mês e os juros futuros dispararam - pode ser irreversível. “Os novos cenários refletem um governo que não quer ou não consegue buscar o equilíbrio fiscal com a determinação que este desafio requer”, avalia.

Segundo a Monte Bravo, no novo desenho, a diferenciação dos cenários não se dá mais pela perspectiva de juros nos EUA, onde o corte em setembro está cada vez mais provável.

Na visão da corretora, o quadro para o restante do mandato presidencial será definido pela extensão do ajuste fiscal mensurado pela evolução do déficit primário e seu impacto sobre a trajetória da dívida e também pela percepção sobre a política monetária que pode ser aferida pela evolução das expectativas do Focus, a partir das trajetórias esperadas para a Selic e para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O cenário base da Monte Bravo considera a Selic fechando 2024 em 10,50% ao ano e cedendo a 9,75% até o final de 2025. Já na visão pessimista, as projeções são de 10,50% (2024) e 12,00% (2025).

Quanto à taxa de câmbio, as expectativas bases são de R$ 5,00 (2024) e R$ 5,08 (2025). No cenário de maior deterioração, as estimativas são de dólar a R$ 6,00 no final desde ano e de R$ 6,26 no ano seguinte.

Com 65% de chance, o cenário dominante assume medidas fiscais limitadas que mantêm o primário pouco abaixo de 1% de déficit e um Banco Central (BC) que aceita uma inflação perto do teto em 2025, cortando a Selic até 9,75% - conforme o presidente do BC indicou nas entrevistas recentes. Nesse contexto, o prêmio de risco teria uma melhora impulsionada pelo exterior e depois estabilizaria em um nível abaixo do atual, assim os ativos brasileiros teriam espaço para uma valorização limitada pela perda de credibilidade fiscal e monetária.

JUROS IGUAIS

Mercado eleva a previsão do IPCA para 4,02% este ano

A mediana do relatório Focus para a taxa Selic no fim de 2024 continuou em 10,5% pela terceira semana consecutiva

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2024 avançou de 4% para 4,02%, mais de 1 ponto porcentual acima do centro da meta, de 3%. Um mês atrás, era de 3,90%. A mediana para 2025, horizonte relevante da política monetária, subiu de 3,87% para 3,88%, contra 3,78% um mês antes.

Considerando as 48 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para o IPCA de 2024 passou de 4,02% para 4,04%. A estimativa intermediária para a inflação de 2025 avançou de 3,87% para 3,90%, tomando como base as 47 projeções atualizadas no período.

A partir do ano que vem, a meta de inflação passa a ser contínua, apurada com base no IPCA acumulado em 12 meses. Se ele ficar acima do teto ou abaixo do piso por seis meses consecutivos, vai se considerar que o alvo foi perdido.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu que o centro da meta continuará em 3%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos. O alvo e a banda poderão ser alterados pelo conselho, com base em uma proposta do ministro da Fazenda e antecedência mínima de 36 meses para sua aplicação.

A mediana do Focus para o IPCA de 2026 continuou em 3,60% pela quinta semana consecutiva. A estimativa intermediária para 2027 ficou em 3,50% pela 53ª semana seguida.

O Banco Central espera que o IPCA fique em 4% em 2024, 3,4% em 2025 e 3,2% em 2026, considerando o cenário de referência, com a trajetória de juros extraída do Focus. Em um cenário alternativo, com a taxa Selic constante ao longo do horizonte relevante, o BC espera inflação de 4% este ano e 3,1% no próximo.

A mediana do relatório Focus para a inflação suavizada dos próximos 12 meses caiu de 3,61% para 3,59% Um mês atrás, ela era de 3,63%. Essa medida deve ganhar importância após a regulamentação do novo sistema de meta de inflação contínua, que valerá a partir de 2025.

A nova sistemática prevê que o cumprimento da meta seja apurado com base na inflação acumulada em 12 meses. Se a taxa ficar acima ou abaixo do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos, será considerado que o Banco Central descumpriu o alvo.

A mediana do relatório Focus para o IPCA de junho, próxima leitura de inflação a ser divulgada pelo IBGE, passou de 0,33% para 0,32%. Um mês atrás, era de 0,21%. A estimativa intermediária para o IPCA de julho avançou de 0,18% para 0,19%, contra 0,12% quatro semanas antes.

A mediana para o IPCA de agosto continuou em 0,10%, contra 0,14% um mês antes.

O Banco Central estimava IPCA de 0,33% em junho, 0,12% em julho e 0,07% em agosto, conforme o mais recente Relatório Trimestral de Inflação (RTI). A projeção da autoridade monetária para o IPCA de setembro era de 0,21%.

A mediana do relatório Focus para a taxa Selic no fim de 2024 continuou em 10,5% pela terceira semana consecutiva. Um mês atrás, era de 10,25%. Considerando apenas as 41 respostas dos últimos cinco dias úteis, a estimativa intermediária também se manteve em 10,5%.

Na decisão mais recente, de junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a Selic em 10,5%, por unanimidade, e comunicou a "interrupção" do ciclo de cortes.

A mediana do Focus para a Selic no fim de 2025 permaneceu em 9,5% pela terceira semana consecutiva, de 9,25% um mês atrás. Considerando as 40 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa intermediária também é de 9,5%.

A estimativa intermediária para a taxa de juros no fim de 2026 permaneceu em 9% pela oitava semana seguida. A projeção para a Selic no fim de 2025 continuou em 9%, estável há sete semanas.

A mediana do relatório Focus para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2024 subiu de 2,09% para 2,10%. Um mês atrás, era de 2,09%. Considerando apenas as 28 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa intermediária passou de 2,10% para 2,16%.

A estimativa intermediária para o PIB de 2025 caiu de 1,98% para 1,97%, a segunda oscilação negativa seguida. Levando em conta apenas as 26 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, passou de 1,94% para 2%.

A mediana do Focus para o crescimento da economia em 2026 continuou em 2% pela 48ª semana seguida. Para 2027, a projeção também se manteve em 2%, pela 50ª leitura consecutiva.

O Ministério da Fazenda espera crescimento de 2,5% para o PIB brasileiro em 2024. O Banco Central aumentou a sua estimativa, de 1,9% para 2,3%, no último Relatório Trimestral de Inflação (RTI).

Divulgação

Supermercado: a estimativa intermediária para a inflação de 2025 avançou de 3,87% para 3,90%

CRÉDITO

Divulgação

Sardenberg: a revisão nas projeções do crédito é decorrente da taxa Selic

Bancos mantêm taxa Selic em 10,5% até 2025

As equipes de análise econômica dos bancos acreditam que a taxa básica de juros, a Selic, vai permanecer no nível atual, de 10,5%, até a primeira reunião de política monetária de 2025, marcada para os dias 28 e 29 de janeiro. É o que mostra pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), realizada a cada 45 dias, sempre após a divulgação da ata da última reunião de política monetária do Copom.

A maioria dos participantes (85%) entendeu que a decisão do Copom de parar de cortar os juros foi adequada, mostra a pesquisa, realizada com 20 bancos. Com relação à inflação, a maior parte dos entrevistados (75%) entende que as atuais projeções para o IPCA deste ano, em torno de 4%, estão "bem calibradas".

No câmbio, a perspectiva é de piora do real, com o dólar devendo permanecer acima de R$ 5,20 até o final de 2024. Em maio, na pesquisa anterior, as projeções máximas eram de dólar a R$ 5,00

Para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), a pesquisa mostra uma diferença em relação à visão do Banco Central, que reavaliou que o hiato do produto está atualmente neutro. Para 63,2% dos entrevistados na Febraban, o hiato do produto já está positivo, o que significa que o país estaria crescendo acima de sua capacidade.

Nos Estados Unidos, a expectativa de 60% dos entrevistados está em linha com a indicação do Federal Reserve, de apenas um corte de 0,25 ponto porcentual até o fim do ano.

Pela primeira vez este ano, os bancos passaram a projetar crescimento de dois dígitos para a carteira de crédito em 2024. A estimativa foi elevada de 9,3% para 10%.

O destaque ficou para a revisão de expansão na projeção da carteira de crédito direcionado, que subiu de 10,1% para 11,3% neste ano, com ênfase na linha para as empresas, que sofreu a maior revisão para cima (de 8,7% para 11,7%). A pesquisa foi feita com 20 bancos entre 25 de junho e 01 de julho.

De acordo com o levantamento, ainda na carteira direcionada, a expectativa de alta para a carteira com recursos destinados às famílias também aumentou, passando de 10,6% para 10,9%.

Já a expectativa de expansão para a carteira livre subiu de 8,6% para 9,2%. O destaque foi a revisão na carteira de pessoas físicas, com estimativa de expansão elevada de 9,5% para 10,6%, enquanto a projeção para a carteira livre na pessoa jurídica ficou praticamente estável em 7,4%.

Em nota à imprensa, Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban, explica que a revisão para cima nas projeções do crédito é decorrente de fatores como o ciclo de queda da taxa Selic e dos índices de inadimplência, além do mercado de trabalho aquecido e o aumento da massa salarial, que devem impulsionar as linhas voltadas ao consumo das famílias.

Os programas públicos aprovados para a reconstrução do Rio Grande do Sul devem dar um impulso importante no segundo semestre, conforme captado na projeção para a carteira direcionada destinada às empresas, acrescenta Sardenberg.

Para a taxa de inadimplência da carteira livre, a pesquisa mostrou estabilidade nas projeções para 2024 e 2025. Neste ano, a expectativa é que o indicador atinja 4,4%, que se confirmado mostra uma ligeira queda ante o nível da taxa em maio, de 4,6%, segundo o Banco Central. Para 2025, a projeção permaneceu estável, em 4,2%.

Já em relação ao desempenho do crédito em 2025, a projeção para a alta da carteira total registrou estabilidade em 8,9%, com a manutenção também da perspectiva de alta da carteira com recursos livres em 8,7%.

SAÚDE E BEM ESTAR

GELO OU CALOR: A ESCOLHA CERTA PARA CADA TIPO DE LESÃO

por
Marvin de Brito

Marvin de Brito é bacharel em educação física, especialista em natação adaptada e ministra aulas particulares, atuando como personal trainer. Faz parte do time de professores da rede de academias da Companhia Athletica.

LESÕES E INFLAMAÇÕES musculares são problemas mais comuns do que podemos imaginar e que podem afetar qualquer pessoa seja ela atleta ou não. Elas acontecem quando exigimos demais dos nossos músculos tanto por esforço físico de mais intensidade ou movimentos repetitivos ou até mesmo uma postura errada. Esses problemas podem causar dores inchaço e aquela sensação de que o músculo está mais duro. É importante dar e prestar atenção aos sinais do corpo e não ignorar essas dores pois elas podem piorar se não forem cuidadas de forma adequada.

A DOR MUSCULAR GERALMENTE começa como uma sensação de incômodo logo depois uma atividade física intensa ou aquele esforço inesperado. No início pode até parecer só um cansaço muscular, mas se você continuar forçando sem dar descanso ao corpo essa dor pode evoluir. O músculo que no começo só estava um pouco sobrecarregado pode começar a apresentar pequenas inflamações ou danos. Com o esforço repetitivo esses pequenos danos podem virar lesões mais sérias como estiramentos ou rupturas. Acontece dessa forma porque o músculo não teve tempo de se recuperar e regenerar de forma adequada levando a uma dor a um grau de maior intensidade e até a dificuldades de movimento.

QUANDO AS LESÕES OU inflamações musculares aparecem muitas pessoas ficam na dúvida sobre o que é melhor usar: gelo ou calor. Essa é uma questão comum e que geram bastante questionamentos.

ALGUMAS PESSOAS ACREDITAM que o gelo é a melhor opção pois ajuda a diminuir o inchaço e a dor. Outros escolhem o calor pois acham que ele relaxa os músculos e alivia a tensão.

CADA MÉTODO TEM SUAS indicações específicas, mas saber qual usar em cada situação pode ser complicado. Essa dúvida muita das vezes pode fazer com que as pessoas hesitem ou faça a escolha que não é indicada para a lesão, assim piorando a situação.

O GELO É MAIS INDICADO para lesões agudas, aquelas que acontecem de repente e causam inchaço e dor de imediato. Colocar gelo ajuda a diminuir a inflamação, aliviar a dor e minimiza o inchaço. Por exemplo se você torcer o tornozelo durante uma corrida sofrer uma pancada jogando futebol ou até mesmo ao escorregar e cair, o gelo pode ser muito útil. Também é eficaz em casos de distensões musculares como quando você puxa um músculo ao levantar algo pesado ou ao fazer um movimento brusco e inadequado. O gelo tem seu benefício aplicado a lesões como entorses, contusões e até mesmo depois de um treino intenso que gerou dores musculares agudas. Aplicar o gelo o mais rápido possível após a lesão por períodos de 15 a 20 minutos para potencializar seu efeito anti-inflamatório e analgésico.

O CALOR É INDICADO principalmente para lesões crônicas ou para aliviar dores musculares persistentes e rigidez. Ao contrário do gelo o calor não é indicado para lesões que acabaram de acontecer com inchaço, mas sim para situações onde existe tensão muscular e se faz necessário aumentar a circulação sanguínea na área afetada. Se você está com dores nas costas por causa da má postura tensão acumulada no pescoço por estresse ou rigidez nas articulações o calor pode trazer um grande alívio. Ele ajuda a relaxar os músculos, diminui a rigidez e melhora a flexibilidade tornando se a melhor opção para tratar esse tipo de incomodo. Aplicar uma bolsa de água quente uma almofada térmica ou tomar um banho quente pode ser muito benéfico nesses casos.

É FUNDAMENTAL CONTAR COM o direcionamento de um profissional de saúde para saber exatamente quando aplicar gelo ou calor em cada tipo de lesão. Um médico ou fisioterapeuta pode avaliar corretamente o grau da lesão e indicar o tratamento mais adequado e assim garantir uma recuperação mais rápida e eficiente. A aplicação incorreta de gelo ou calor pode além de não sanar a dor como também pode ser prejudicial, aumentando a lesão e até mesmo atrasando a cura. Buscar orientação profissional é a forma segura de que você está cuidando do seu corpo da maneira correta e prevenindo

ATAQUES

UNOCHA - Viktoriia Andriievska

No hospital infantil Okhmatdit em Kiev, os socorristas estavam procurando pessoas sob os escombros de uma ala parcialmente desabada da instalação, mas o número de vítimas do bombardeio ainda não era conhecido

Mísseis russos atingem hospital infantil em Kiev

O bombardeio russo teve como alvo cinco cidades ucranianas com mais de 40 mísseis de diferentes tipos, atingindo prédios residenciais e infraestrutura pública

Mísseis russos mataram pelo menos sete pessoas e atingiram um hospital infantil na capital ucraniana, Kiev, na segunda-feira, enquanto outro ataque na cidade central ucraniana de Krivii Rih matou pelo menos dez. O bombardeio russo teve como alvo cinco cidades ucranianas com mais de 40 mísseis de diferentes tipos, atingindo prédios residenciais e infraestrutura pública, disse o presidente ucraniano Volodmir Zelenski em uma postagem nas redes sociais. Pelo menos 20 pessoas foram mortas e cerca de 50 pessoas ficaram feridas em todo o país na investida da manhã de segunda-feira, 8, disse o ministro do Interior, Ihor Klimenko.

Em Kryvyi Rih, 31 pessoas ficaram feridas, além das dez mortes no que o chefe da administração da cidade, Oleksandr Vilkul, disse ser um ataque massivo de mísseis. Explosões também foram relatadas por autoridades locais na região central de Dnipropetrovsk. No hospital infantil Okhmatdit em Kiev, os socorristas estavam procurando pessoas sob os escombros de uma ala parcialmente desabada da instalação, disse Zelenski, acrescentando que o número de vítimas ainda não era conhecido. "É muito importante que o mundo não fique em silêncio sobre isso agora e que todos vejam o que a Rússia é e o que está fazendo", disse Zelenski nas redes sociais.

O ataque ocorre na véspera de uma cúpula de três dias da Otan em Washington (EUA), que discutirá como garantir à Ucrânia o apoio inabalável da aliança e oferecer esperança aos ucranianos de que seu país possa superar o maior conflito da Europa desde a 2ª Guerra Mundial.

Um prédio de dois andares do hospital infantil foi parcialmente destruído. No prédio principal de dez andares do hospital, janelas e portas foram arrancadas e as paredes ficaram enegrecidas. Pessoal médico e moradores locais ajudaram a remover os escombros enquanto procuravam por crianças e trabalhadores médicos que poderiam estar presos embaixo. Voluntários formaram uma linha, passando pedras e destroços uns para os outros. A fumaça ainda saía do prédio, e voluntários e equipes de emergência trabalhavam com máscaras de proteção.

Foi o bombardeio russo mais pesado em Kiev em quase quatro meses. Os ataques à luz do dia incluíram mísseis hipersônicos Kinzhal, uma das armas russas mais avançadas, disse a força aérea ucraniana. O Kinzhal voa a 10 vezes a velocidade do som, tornando-o difícil de interceptar. Edifícios na cidade tremeram com as explosões. Uma seção inteira de um prédio residencial de vários andares em um distrito de Kiev foi destruída, disseram as autoridades. A administração da cidade de Kiev relatou queda de destroços, presumivelmente de mísseis interceptados, em várias áreas de Kiev, causando incêndios. Espessas nuvens de fumaça subiam de vários bairros de Kiev.

O chefe do gabinete presidencial da Ucrânia, Andrii Yermak, disse que o ataque ocorreu em um momento em que muitas pessoas estavam nas ruas da cidade. O prefeito de Kiev, Vitalii Klitschko, disse que as avaliações oficiais das consequências do ataque ainda estavam sendo realizadas.

O porta-voz da ONU no país, Saviano Abreu, destacou os impactos dos últimos ataques. "Foi uma manhã terrível aqui na Ucrânia. Uma vez mais, infelizmente, uma onda de ataques em várias cidades aqui do país deixou um rastro terrível de destruição, de morte e de tristeza. [...] O pior são as imagens terríveis, as piores que a gente viu, foi um hospital para crianças que foi atingido aqui em Kyiv. Crianças que estavam recebendo tratamento ficaram no meio da rua, os médicos tentando tirar essas crianças do meio e debaixo dos escombros."

Saviano adicionou que o país vem sofrendo com uma crise energética, com cortes cada vez mais longos. Ele ressaltou que a guerra deve acabar e que as violações contra o direito internacional humanitário seguem.

"Além disso, aqui na cidade de Kyiv e em várias partes do país temos a situação agora com a crise energética, que também está afetando todo o país. Temos cortes energéticos de dez, doze horas por dia e vocês podem imaginar a situação dos hospitais, casas, negócios. Nada funciona sem eletricidade. E essa é outra consequência da guerra. Então, o que acontece hoje na Ucrânia é um exemplo a mais das consequências da invasão da Rússia. E isso tem que acabar. O Direito Internacional humanitário protege os civis e isso não está sendo respeitado."

Denise Brown relatou que os ataques de segunda-feira aconteceram exatamente "quando as pessoas estavam começando o dia". Além de reforçar que dezenas de pessoas foram vítimas dos ataques e destacar os danos ao hospital infantil no centro de Kyiv, ela afirmou que é inconcebível que crianças sejam mortas e feridas.

Brown adicionou que de acordo com a lei humanitária internacional, as instalações de saúde têm proteção especial e ressaltou que os civis devem ser protegidos. Esse ataque segue um alerta dos monitores do escritório de direitos humanos da ONU de que maio teve o maior número de vítimas civis causadas por ataques russos em quase um ano.

O Hospital Infantil Ohmatdyt, em Kyiv, e outras infraestruturas públicas também foram danificadas, juntamente com edifícios comerciais e residenciais em cidades como Dnipro, Kramatorsk, Kryviy Rih, Kyi e Pokrovsk.

De acordo com o relatório da Missão de Monitoramento dos Direitos Humanos da ONU na Ucrânia, entre 1º de março e 31 de maio, pelo menos 436 civis foram mortos e outros 1.760 ficaram feridos.

As vítimas incluíram seis profissionais da mídia, 26 funcionários da área de saúde, cinco trabalhadores humanitários e 28 trabalhadores de serviços de emergência.

O relatório da ONU acrescentou que 91% das vítimas estavam em território controlado pela Ucrânia e 9% em território ocupado pela Rússia.

No mesmo período do relatório, as autoridades russas informaram que 91 civis foram mortos e 455 ficaram feridos na Rússia devido a ataques lançados pelas forças armadas ucranianas, principalmente nas regiões de Belgorod, Briansk e Kursk.

CHINA

Xi pede a países que ajudem Rússia e Ucrânia a retomar o diálogo direto

O presidente chinês, Xi Jinping, pediu a líderes mundiais que ajudem a Rússia e a Ucrânia retomar o diálogo direto, durante uma reunião na segunda-feira (8) com o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orban, informou a estatal chinesa CCTV. Orban fez uma visita surpresa à China após viagens similares na semana passada para Rússia e Ucrânia, a fim de discutir perspectivas para um acordo pacífico na guerra de mais de dois anos.

A Hungria assumiu neste mês a presidência rotativa da União Europeia e Orban desde então embarcou em uma missão de paz, que carece, porém, de aval dos outros líderes europeus. "A China é um poder crucial para criar as condições para a paz na guerra Rússia-Ucrânia", argumentou o líder húngaro no X (ex-Twitter). "Por isso eu vim me encontrar com o presidente Xi em Pequim, apenas dois meses após a visita oficial dele a Budapeste."

Durante sua reunião com Xi, Orban descreveu a China como uma força estabilizadora, em meio à turbulência global, e elogiou as iniciativas de paz "construtivas e importantes". A China tem promovido seu próprio plano de paz em seis pontos, que ele emitiu em maio junto com o Brasil. Pequim diz estar neutra no conflito, embora na prática apoie Moscou por meio de frequentes visitas estatais, crescente comércio bilateral e exercícios militares conjuntos.

Ao responder a Orban, Xi pediu que Rússia e Ucrânia realizem um cessar-fogo e que outras potências criem um ambiente propício ao diálogo. Apenas quando as potências projetarem "energia positiva em vez de negativa" um cessar-fogo pode ocorrer, argumentou, segundo a emissora estatal chinesa.

Reuters

Xi quer que Rússia e Ucrânia realizem cessar-fogo

Durante a viagem recente de Xi à Hungria, a China elevou seus laços com a Hungria para uma "parceria estratégica abrangente", uma das mais altas designações para suas relações exteriores. Ela se aplica ainda apenas a Belarus, Paquistão e Venezuela. Sob Orban, a Hungria tem construído laços significativos políticos e econômicos com a China.

O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, chegou a Moscou na segunda-feira (8) para uma visita de dois dias, a primeira desde que a Rússia enviou tropas para a Ucrânia, em uma ação que complicou a relação entre os parceiros de longa data e aproximou a Rússia da China, que é rival da Índia.

Modi tem jantar previsto com o presidente russo, Vladimir Putin, que será seguido por conversações no Kremlin, na terça-feira (9) A última viagem do premiê indiano à Rússia foi em 2019, quando ele participou de um fórum no porto de Vladivostok e se encontrou com Putin. Os líderes também se avistaram em setembro de 2022 no Usbequistão, durante reunião de cúpula do bloco da Organização de Cooperação de Xangai.

A Rússia tem fortes laços com a Índia desde a Guerra Fria, e a importância de Nova Délhi como parceiro comercial cresceu desde que o Kremlin invadiu a Ucrânia, em fevereiro de 2022. China e Índia tornaram-se grandes compradores do petróleo russo após a série de sanções impostas a Moscou pelos Estados Unidos e aliados. Atualmente, mais de 40% do petróleo importado pela Índia vem da Rússia, segundo analistas.

Sob a liderança de Modi, a Índia tem evitado condenar a ação militar da Rússia na Ucrânia e, ao mesmo tempo, enfatizado a necessidade de uma solução pacífica. A parceria entre Moscou e Nova Délhi deteriorou-se, no entanto, à medida que a Rússia se aproximou da China.

Na semana passada, Modi não participou da cúpula da Organização de Cooperação de Xangai - grupo de segurança fundado por Moscou e Pequim -, no Casaquistão.

Pesquisador sênior para o sul asiático da Chatham House, com sede no Reino Unido, Chietigj Bajpaee disse que a Índia está cada vez mais afastada dos fóruns nos quais Rússia e China desempenham um papel proeminente.

"Isso é evidente na presidência relativamente discreta da Índia na Organização de Cooperação de Xangai no ano passado, e agora na decisão de Modi de não participar da cúpula deste ano", disse Bajpaee.

FURACÃO

Beryl volta a ganhar força e chega à costa do Texas

O centro da tempestade atingiu a terra como um furacão de categoria 1 por volta das 4h, cerca de 137 km a sudoeste de Houston, com ventos sustentados de 128,7 km/h

Beryl chegou à costa do Texas, perto de Matagorda, na manhã de segunda-feira, 8, com uma perigosa maré de tempestade e ventos fortes, informou o Serviço Nacional de Meteorologia dos Estados Unidos. O centro da tempestade atingiu a terra como um furacão de categoria 1 por volta das 4h, horário central dos Estados Unidos, cerca de 137 km a sudoeste de Houston, com ventos sustentados de 128,7 km/h e movendo-se para o norte a 19,3 km/h.

Beryl se fortaleceu e se tornou novamente um furacão no final de domingo. A tempestade havia enfraquecido após deixar um rastro de destruição mortal em partes do México e do Caribe. No sul do Texas, as partes externas da tempestade atingiram a costa com chuva e ventos intensificadores no domingo, enquanto os moradores se preparavam para a chegada da tempestade. Um aviso de furacão permanece em vigor para a costa do Texas, de Mesquite Bay ao norte até Port Bolivar, disse o órgão.

Reuters

No sul do Texas, as partes externas da tempestade atingiram a costa com chuva e ventos muito fortes, derrubando postes e casas

Espera-se que Beryl enfraqueça para uma tempestade tropical ainda na segunda-feira e para uma depressão tropical na terça-feira, informou o serviço meteorológico, prevendo uma virada para o nordeste e um aumento de velocidade na noite de segunda-feira e terça-feira. O centro da tempestade deve mover-se sobre o leste do Texas na segunda-feira e depois através do baixo vale do Mississippi até o vale do Ohio na terça e quarta-feira, informou o serviço meteorológico.

Pessoas na costa do Texas taparam janelas e deixaram cidades litorâneas sob ordem de retirada. A tempestade foi projetada para atingir a terra na manhã de segunda-feira no meio da costa do Texas, em torno da Baía de Matagorda, uma área cerca de 161 quilômetros ao sul de Houston, mas as autoridades alertaram que o caminho ainda poderia mudar.

À medida que a tempestade se aproximava da costa, as autoridades do Texas alertaram no domingo que poderia causar quedas de energia e inundações, mas também expressaram preocupação de que as pessoas não pareciam estar atendendo aos avisos para sair.

"Uma das coisas que nos preocupa um pouco é que olhamos todas as estradas saindo da costa e os mapas ainda estão verdes", disse o vice-governador do Texas, Dan Patrick, que está servindo como governador interino enquanto o governador Greg Abbott está viajando para o exterior.

Ventos de tempestade tropical se estendiam a 185 quilômetros do centro, e o órgão alertou os residentes para estarem preparados para possíveis inundações repentinas em partes do Texas, bem como Arkansas, à medida que a tempestade gradualmente se vira para o norte e depois para o nordeste, mais tarde na segunda-feira.

Ao longo da costa do Texas, muitos residentes e proprietários de negócios tomaram as precauções típicas de tempestades, mas também expressaram incerteza sobre a sua intensidade. Em Port Lavaca, Jimmy May prendeu madeira compensada sobre as janelas de sua empresa de fornecimento elétrico e disse que não estava preocupado com a possível maré de tempestade. Ele lembrou que seu negócio escapou de inundações em um furacão anterior que trouxe uma maré de 6 metros.

"Na cidade, sabe, se você está nas áreas baixas, obviamente, você precisa sair de lá", disse ele. Na marina próxima, Percy Roberts mostrou ao seu vizinho Ken Waller como prender corretamente seu barco enquanto ventos fortes vinham da baía na noite de domingo. "Este vai ser o primeiro furacão que vou experimentar", disse Waller, notando que está um pouco nervoso, mas se sente seguro seguindo a liderança de Roberts. "Reze pelo melhor, mas espere pelo pior, eu acho."

A tempestade mais cedo a se desenvolver em um furacão de categoria 5 no Atlântico, Beryl causou pelo menos 11 mortes enquanto passava pelo Caribe a caminho do Texas. A tempestade arrancou portas, janelas e telhados com ventos devastadores e marés de tempestade alimentadas pelo calor recorde do Atlântico

Três vezes durante sua uma semana de vida, Beryl ganhou 56 km/h em velocidade do vento em 24 horas ou menos, a definição oficial de intensificação rápida do serviço meteorológico. O crescimento explosivo de Beryl em uma tempestade sem precedentes indica a água quente do Atlântico e do Caribe e o que o cinturão de furacões do Atlântico pode esperar para o resto da temporada de tempestades, disseram especialistas.

Marés de tempestade potenciais entre 1,22 e 2,13 metros acima do nível do solo foram previstas ao redor de Matagorda. Os avisos se estenderam às mesmas áreas costeiras onde o furacão Harvey chegou em 2017 como um furacão de categoria 4, muito mais poderoso do que a intensidade esperada de Beryl quando a tempestade atingisse a terra.

Aqueles que procuravam pegar um voo para sair da área encontraram uma janela de fechamento para viagens aéreas à medida que Beryl se aproximava. Centenas de voos dos dois principais aeroportos comerciais de Houston foram atrasados no meio da tarde de domingo e dezenas mais cancelados, de acordo com dados do FlightAware.

A Casa Branca disse no domingo que a Agência Federal de Gerenciamento de Emergências enviou equipes de emergência, equipes de busca e resgate, água engarrafada e outros recursos ao longo da costa. Vários condados costeiros solicitaram evacuações voluntárias em áreas baixas propensas a inundações.

SURPRESA ELEITORAL

Macron rejeita o pedido de renúncia do primeiro-ministro

O presidente da França, Emmanuel Macron, rejeitou um pedido de renúncia do primeiro-ministro Gabriel Attal na segunda-feira, 8, e pediu que ele permaneça temporariamente no cargo, após o surpreendente resultado das eleições legislativas deixar o governo em um limbo político.

Os eleitores dividiram o Parlamento francês entre a esquerda, o centro e a extrema-direita, não deixando qualquer uma das facções sequer próxima de garantir a maioria absoluta para a formação de um governo. Os resultados das eleições de domingo (7) elevaram os riscos de paralisia na segunda maior economia da União Europeia.

O principal índice acionário francês abriu em queda nesta segunda, mas logo se recuperou, possivelmente porque os mercados temiam uma vitória absoluta da extrema direita ou da coligação esquerdista.

Attal disse que permaneceria no cargo se necessário, mas apresentou sua renúncia formal na manhã desta segunda. Macron, que o nomeou há apenas sete meses, pediu de imediato ao premiê que siga no cargo "para garantir a estabilidade do país". Fonte: Associated Press.

Como nenhuma aliança conquistou maioria na eleição ao parlamento francês neste domingo, 7, a formação de um governo provavelmente será difícil, avalia o Commerzbank em relatório. Uma liderança de esquerda conseguirá implementar apenas algumas de suas promessas, mas, ainda assim, é esperado que o já elevado déficit do país aumente.

A coalizão Nova Frente Popular, formada há apenas algumas semanas, ganhou 182 dos 577 assentos, enquanto a frente de centro liderada por Emanuel Macron se saiu melhor do que o esperado e ainda tem 168 cadeiras. O Reunião Nacional (RN), de extrema direita, ficou com 143 vagas. "A razão para o resultado surpreendente é o comportamento tático dos partidos de esquerda e centro. Eles queriam evitar a qualquer custo a vitória do RN e, portanto, retiraram seus candidatos menos promissores para aumentar as chances de o candidato remanescente ser eleito", aponta o texto.

Reuters

Macron pediu ao premiê que siga no cargo para manter a estabilidade do país

Com 59,7%, a participação dos eleitores foi significativamente maior do que em 2022 (38,1%), o que provavelmente prejudicou o RN, avaliam os analistas do Commerzbank. "Embora o RN tenha ficado bem aquém de seu objetivo eleitoral de uma maioria absoluta, aumentou significativamente seu número de assentos no parlamento (2022: 89 assentos)."

Como nenhum bloco chega perto de alcançar a maioria (289 assentos), a estabilidade da Nova Frente Popular é questionável. O primeiro-ministro indicado pelos partidos dependerá "da tolerância do campo de Macron e talvez até dos Republicanos (LR), que poderiam derrubá-lo a qualquer momento junto com o RN em uma moção de desconfiança." Este é um dispositivo da constituição francesa que permite o parlamento questionar o ocupante do cargo.

O líder do partido França Insubmissa (LFI), Jean-Luc Mélenchon, é crítico à União Europeia (UE). Do outro lado do espectro político, o mesmo se aplica ao RN. "Isso provavelmente tornará a cooperação dentro da UE mais difícil", aponta o Commerzbank.

COMPLICAÇÕES

Bolsas da Europa fecham sem sinal único, com Paris em baixa

Os mercados acionários europeus chegaram a mostrar quadro em grande medida positivo na segunda-feira, 8, sem sustentar o impulso em toda a jornada. Paris subiu em parte do pregão, porém não manteve o fôlego e inverteu o sinal, em meio a avaliações sobre o quadro político na França depois do segundo turno eleitoral da disputa pelo Legislativo do país, com a esquerda à frente, em dia de agenda de resto modesta.

A esquerda mostrou mais força do que sugeriam as pesquisas e ficou à frente, freando a ascensão da extrema-direita. Houve uma união de forças à esquerda e de centristas contra candidatos da extrema-direita, que resultará em quadro dividido no Congresso francês, com a Nova Frente Popular, aliança de esquerda, levando 182 cadeiras; a aliança centrista Juntos, do presidente Emmanuel Macron com 168; e o Reagrupamento Nacional, de extrema-direita, com 143, segundo dados do Ministério do Interior.

Especialistas preveem complicações no quadro político, mas houve algum alívio com a derrota da extrema-direita. Macron rejeitou pedido de renúncia do premiê Gabriel Attal e pediu que ele siga no cargo por enquanto "para garantir a estabilidade do país".

Na bolsa parisiense, o sinal chegou a ser negativo logo na abertura, depois os ganhos se firmaram. Mais adiante, o quadro voltou a ser de baixa. O Commerzbank previa dificuldades na formação de governo e que uma liderança de esquerda conseguisse implementar ao menos algumas de suas promessas, com perspectiva de alta no déficit público já elevado. Já o Rabobank dizia que o ambiente de negócios poderia ser afetado pela possibilidade de que "a extrema-esquerda esteja dentro" do governo, ante propostas do grupo mais à esquerda como cortar a idade de aposentadoria, elevar o salário mínimo, controlar preços e gastar mais com política industrial e transição verde, o que segundo este banco implicaria gastos adicionais de até 5% do Produto Interno Bruto (PIB) francês.

A Bolsa de Londres fechou em queda de 0,13%, em 8.193,49 pontos, a de Frankfurt subiu 0,07%, a 18.488,68 pontos. Paris registrou baixa de 0,63%, em 7.627,45 pontos. Milão avançou 0,17%, a 34 046,54 pontos, e Madri teve alta de 0,09%, a 11.032,90 pontos. Lisboa teve queda de 0,34%, a 6.655,83 pontos. Na capital portuguesa, Galp recuou 1,04%, após a empresa petrolífera divulgar queda de 1% na sua produção no segundo trimestre, na comparação com os três meses anteriores. As cotações são preliminares.

As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em baixa na segunda-feira, 8, enquanto investidores aguardam novos dados de inflação dos EUA e da China e digerem o resultado das eleições legislativas da França.

O índice japonês Nikkei caiu 0,32% em Tóquio, a 40.780,70 pontos, sob o peso de ações de montadoras e eletrônicos, enquanto o Hang Seng recuou 1,55% em Hong Kong, a 17.524,06 pontos, e o sul-coreano Kospi cedeu 0,16% em Seul, a 2.857,76 pontos, interrompendo uma sequência de três pregões positivos.

Na China continental, o Xangai Composto perdeu 0,93%, a 2.922,45 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto teve queda de 1,88%, a 1.560,97 pontos, pressionados por ações de software e do setor imobiliário.

Nos próximos dias, China e EUA publicam atualizações de seus índices de preços. A atenção estará voltada principalmente para a inflação ao consumidor (CPI) dos EUA, que pode influenciar a trajetória dos juros básicos americanos neste segundo semestre.

JOIAS

PF liga Bolsonaro a esquema de desvio de R$ 6,8 milhões

Os recursos da venda ilícita das joias retornaram, em espécie, para o patrimônio do ex-presidente, e foram utilizadas para custear as suas despesas em dólar nos EUA

A Polícia Federal (PF) concluiu em investigação que o ex-presidente Jair Bolsonaro teve participação no desvio ou na tentativa de desvio de mais de R$ 6,8 milhões em presentes como esculturas, joias e relógios, recebidos de países estrangeiros em razão de sua condição de mandatário do Brasil.

O valor que consta na conclusão do relatório é de R$ 25 milhões, mas a PF informou horas depois de o documento vir a público que houve erro material na redação das conclusões, e que o valor correto é R$ 6,8 milhões, conforme consta em outros trechos do relatório.

A investigação da PF apurou a existência de uma associação criminosa cujo objetivo seria, especificamente, desviar e vender objetos de valor recebidos por Bolsonaro como presente oficial.

"Identificou-se ainda que os valores obtidos dessas vendas eram convertidos em dinheiro em espécie e ingressavam no patrimônio pessoal do ex-presidente da República, por meio de pessoas interpostas e sem utilizar o sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem localização e propriedade dos valores", aponta o relatório da PF.

Bolsonaro e mais 11 pessoas foram indiciadas na semana passada pelos crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro. O relatório sobre a investigação foi entregue impresso, em um envelope, no protocolo do Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira (5).

O sigilo do relatório da PF, que tem 476 páginas, foi derrubado na segunda-feira (8) pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo. O magistrado encaminhou o processo para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR), a quem cabe agora analisar se arquiva o caso ou denuncia os indiciados. É possível também que o órgão solicite nova coleta de provas.

Assinado pelo delegado responsável Fábio Shor, o relatório conclui que "os elementos acostados nos autos evidenciaram a atuação de uma associação criminosa voltada para a prática de desvio de presentes de alto valor recebidos em razão do cargo pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro e/ou por comitivas do governo brasileiro, que estavam atuando em seu nome, em viagens internacionais, entregues por autoridades estrangeiras, para posteriormente serem vendidos no exterior".

Ainda segundo o documento, a "atuação ilícita teve a finalidade de desviar bens, cujo valor mercadológico somam o montante de US$ 4.550.015,06 ou R$ 25.298.083,73". Parte desse dinheiro pode ter sido utilizado para custear a estadia de Bolsonaro nos Estados Unidos, para onde foi um dia antes de deixar a Presidência da República e onde permaneceu por mais de três meses. Na correção feita depois pela PF, tais valores passaram a US$ 1.227.725,12 ou R$ 6.826.151,661.

Em março de 2023, quando a venda de presentes oficiais foi primeiro noticiada por veículos de imprensa, foi organizada uma nova operação, dessa vez com o objetivo de recuperar itens já vendidos no mercado. O objetivo seria "escamotear a localização e movimentação dos bens desviados do acervo público brasileiro e tornar seguro, mediante ocultação da localização e propriedade, os proventos obtidos com a venda de parte dos bens desviados", concluiu a PF.

"Tal fato indica a possibilidade de que os proventos obtidos por meio da venda ilícita das joias desviadas do acervo público brasileiro, que, após os atos de lavagem especificados, retornaram, em espécie, para o patrimônio do ex-presidente, possam ter sido utilizados para custear as despesas em dólar de Jair Bolsonaro e sua família, enquanto permaneceram em solo norte-americano", aponta o relatório da PF.

As investigações contaram com a colaboração do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que fechou acordo de colaboração premiada. As investigações apontam, por exemplo, o envolvimento do pai de Mauro Cid, general do Exército Mauro Lorena Cid, que teria intermediado o repasse de US$ 68 mil em espécie ao ex-presidente.

O general Cid recebeu o dinheiro em sua própria conta bancária, depois da venda de um relógio Patek Phillip e de um Rolex. O militar trabalhava no escritório da Apex, em Miami.

Nos autos, foram anexados também outros tipos de prova, como comprovantes de saques bancários no Brasil e nos EUA e planilhas mantidas pelo assessor Marcelo Câmara, que era responsável por fazer a contabilidade pessoal de Bolsonaro.

O ex-presidente Jair Bolsonaro "subtraiu diretamente" esculturas douradas de um barco e uma árvore e um relógio Patek Philippe. A conclusão é da Polícia Federal, que constatou que o grupo criminoso montado no governo do ex-presidente usava duas formas para desviar joias e presentes de alto valor presenteados ao ex-presidente em razão de seu cargo. Um deles envolvia a subtração direta dos itens, por Bolsonaro, sem passar pelo Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência.

Segundo a PF, o relógio Patek Philippe Calatrava foi presenteado ao ex-presidente da República quando ele visitou o Reino do Bahrein, nos dias 16 e 17 de novembro de 2021. "O bem foi desviado do acervo público brasileiro, sem registro no GADH, e posteriormente foi vendido em loja especializada nos Estados Unidos em junho de 2022", diz a PF.

Já as esculturas douradas de um barco e uma árvore (Palm Tree) foram entregues a Bolsonaro, quando viajou para os Emirados Árabes Unidos e o Reino do Bahrein, em novembro de 2021. "Os bens foram desviados do acervo público, sem registro no GADH e posteriormente foram levados, de forma escamoteada, aos Estados Unidos, por meio do avião Presidencial. Por meio de interpostas pessoas, o grupo investigado tentou vender as esculturas em lojas especializadas na cidade de Miami mas, como não eram constituídas por ouro maciço, conforme pensavam os investigados, não obtiveram êxito nas negociações", indicou a PF.

Ainda de acordo com os investigadores, as esculturas e o relógio ainda não foram recuperadas.

Divulgação

Jair Bolsonaro e mais 11 pessoas foram indiciadas na semana passada pelos crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro

PARCIALIDADE

Defesa pede à Polícia Federal que declare a 'suspeição' de delegado

A defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres pediu à Corregedoria-Geral da Polícia Federal que reconheça a suspeição do delegado Clyton Eustáquio Xavier, responsável pela condução de duas apurações disciplinares sobre o aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em um dos procedimentos, o delegado atribui a Torres responsabilidade pelos atos golpistas de 8 de janeiro. O delegado indiciou Torres no último dia 26.

Os advogados de Torres alegam "indício de parcialidade" no relatório de indiciamento do ex-ministro. Segundo eles, o ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal "devia e podia agir para evitar o resultado" dos atos golpistas. A Corregedoria imputa "omissão" a Torres.

A defesa - sob responsabilidade dos advogados Eumar Novacki, Marcus Rafael Santos, Mariana Kneip Macedo, Alessandra Fernandes de Almeida Telles - afirma que o relator do caso na Corregedoria da PF somente 'priorizou as provas desfavoráveis ao ex-ministro, dispensando os elementos favoráveis ao delegado'.

A banca pede que a PF avalie a eventual suspeição de Clyton Xavier, presidente da Segunda Comissão de Disciplina da Corregedoria-Geral da PF. O argumento central da defesa reside no fato de que Torres exonerou o delegado, em 2021, da função de diretor da Secretaria de Operações Integradas da PF.

A defesa diz que a função da qual Xavier foi afastado é "prestigiosa e bem remunerada". O plus salarial para o cargo, na ocasião, era de R$ 13,6 mil, apontam os advogados.

Joédson Alves - Agência Brasil

Torres alega "indício de parcialidade"

Na avaliação dos defensores do ex-ministro da Justiça, a exoneração de Clyton Xavier acabou por gerar o "interesse pelo pior resultado possível do procedimento administrativo disciplinar instaurado contra Anderson Torres".

O reconhecimento da suspeição levaria à anulação do PAD que indiciou Torres. A defesa também pleiteia que a PF abra uma apuração disciplinar sobre a conduta do delegado, sob o argumento de que ele "tinha o dever de se declarar impedido ou, pelo menos, de informar que havia sido exonerado por Anderson Torres".

A defesa invoca artigo que versa sobre a tramitação de processo administrativo federal. O texto prevê que é impedido de atuar no PAD o servidor ou autoridade que "tenha interesse direto ou indireto na matéria".

Segundo os advogados de Torres, a exoneração de uma posição de grande destaque no governo federal tem o condão de gerar, no agente exonerado, "inequívoco sentimento de contrariedade e antipatia pelo agente que o exonerou".

Na avaliação da defesa, o interesse do delegado Clyton Xavier nos PADs sobre Torres é "cristalino".

"Afrontaria a inteligência presumir que a autoridade que já foi exonerada de uma posição influente não teria, de antemão, interesse pelo pior resultado condenatório de seu exonerado. O bom senso permite deduzir, com segurança, que seriam extremamente prováveis uma forte animosidade do agente exonerado e uma grande inclinação deste pelo desfecho desfavorável ao acusado exonerador", pondera a defesa.

Os advogados ressaltam a influência que o delegado exerce sobre a elaboração do relatório que indiciou o ex-ministro. "Se o presidente da Comissão fosse isento e tivesse por fim a criação de um panorama fático fiel, jamais teria preferido uma das versões dos fatos, dispensando completamente o cotejo com outras", alegam.

Segundo a defesa, o relatório de indiciamento de Torres, com 130 páginas, foi apresentado menos de 24 horas após o interrogatório do ex-ministro. Para os defensores, isso indica que "o documento e suas conclusões já estavam prontos antes mesmo do interrogatório".

ELEIÇÕES 2024

Divulgação

Janja tira fotos com políticos

Pré-candidatos do PT fazem sessão de fotos com Janja

Pré-candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) que vão disputar as eleições municipais de outubro foram convidados pela sigla para três dias de sessões de fotos com a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e ministros do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Os petistas que vão concorrer em cidades com mais de 100 mil habitantes ou aquelas que tenham TV estão na lista de convidados para as sessões, que ocorrem entre segunda-feira, 8, e quarta, 10, em um estúdio fotográfico em Brasília.

O convite foi feito pelo secretário nacional de comunicação da sigla, o deputado Jilmar Tatto (PT-SP). Além da primeira-dama, o chamado também traz os nomes dos ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Anielle Franco (Igualdade Racial), Camilo Santana (Educação), Cida Gonçalves (Mulheres), Esther Dweck (Gestão), Fernando Haddad (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho), Márcio Macedo (Secretaria-Geral), Nísia Trindade (Saúde), Paulo Pimenta (Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Rui Costa (Casa Civil), além da presidente nacional do partido, deputada Gleisi Hoffmann (PR), para serem fotografados com os pré-candidatos.

O partido orientou os políticos sobre características dos trajes e até de cortes de cabelo para a sessão. A estratégia para disputar o eleitorado feminino e colar a imagem de Janja aos candidatos já foi utilizada antes. Na última campanha presidencial, ela foi escalada para rivalizar com o potencial de alavancar votos da então primeira-dama Michelle Bolsonaro, do outro lado da polarização. Procurada, a assessoria de Janja não confirmou a presença da primeira-dama nas sessões de fotos.

A socióloga apareceu pela primeira vez em rede nacional de rádio e televisão em setembro de 2022, em discurso diretamente voltado ao eleitorado feminino. "Sabemos das dificuldades que nós mulheres enfrentamos atualmente. São milhões de mulheres endividadas para poder levar alimentos para suas famílias", afirmou na época.

Do outro lado, há mais de um ano Michelle preside o PL Mulher e já visitou todas as capitais brasileiras em eventos em que fala com o público feminino. A cúpula do partido atribui a ela a disparada no número de filiações na legenda, que teve em seis meses quase 30 mil novas filiadas - 8% da participação feminina total.

Pré-candidatos das cidades de Florianópolis (SC), Vanderlei "Lela", e de Goiânia (GO), deputada Adriana Accorsi, confirmaram presença nas sessões. A deputada federal Maria do Rosário (PT), que concorre com o apoio de Lula em Porto Alegre (RS), disse que o voo dela ainda não foi confirmado, em decorrência da situação que o Estado gaúcho enfrenta pelas enchentes dos últimos meses, mas que considera "muito importante" estar presente e que quer ir.

RESTRUTURAÇÃO

Profissionais fazem ato contra a municipalização de hospital federal

De início, a gestão passa a ser compartilhada por 90 dias. Esse período será uma espécie de transição, quando o governo federal vai ceder bens móveis e imóveis e disponibilizará seus servidores

Profissionais de saúde fizeram uma manifestação, na segunda-feira (8), contra a decisão do Ministério da Saúde de municipalizar a administração do Hospital Federal do Andaraí (HFA), na zona norte do Rio de Janeiro. O protesto ocorreu em frente à unidade, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Sindsprev) do Rio de Janeiro.

Na sexta-feira, foi publicada no Diário Oficial da União uma portaria do Ministério da Saúde que transfere a administração do Hospital do Andaraí para a prefeitura do Rio. De início, a gestão passa a ser compartilhada por 90 dias, que podem ser prorrogados "sucessivas vezes", caso necessário. A portaria é assinada pela ministra Nísia Trindade.

O período de 90 dias será uma espécie de transição, quando o governo federal vai ceder bens móveis e imóveis e disponibilizar servidores federais. Após esse prazo, a gestão ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde.

O Sindsprev defende que a municipalização é ilegal e preparou uma ação popular para ser impetrada na Justiça Federal. A reportagem teve acesso ao documento. O epartamento jurídico do sindicato pede que uma decisão liminar (decisão temporária antes de julgamento do mérito) determine a "imediata anulação da portaria".

De acordo com a petição, houve desrespeito das Leis de Responsabilidade Fiscal e Eleitoral. "Os atos adotados pela ministra [da Saúde] Nísia Trindade Lima afrontam aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência", alega o sindicato.

O Sindsprev defende que, diferente do que determina a Constituição Federal e a Lei 8.142/90, que trata da participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), a ministra "afrontou a participação popular" e "não respeitou a democratização da gestão prevista em texto constitucional, suprimindo o direito do cidadão de ser fazer ouvir e participar nas tomadas de decisão e de fiscalização".

Segundo o sindicato, o fato de o compartilhamento de gestão começar a 90 dias das eleições municipais é um desrespeito às regras eleitorais. A categoria cita que "nos três meses que antecedem o pleito eleitoral está vedado realizar a transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios".

Na argumentação, o sindicato lembra que já houve um episódio de municipalização de hospitais federais no Rio de Janeiro em 1998. Na ocasião, a transferência de gestão foi desfeita em 2005, com o Ministério da Saúde decretando estado de calamidade e retomando o controle das unidades.

"Essa receita que hoje se apresenta como solução não é a solução", avalia a diretora sindical Christiane Gerardo. "Não vamos aceitar a entrega da nossa rede", afirma.

A petição traz informações de um estudo do Tribunal de Contas do Município (TCM) do Rio de Janeiro sobre a viabilidade da municipalização das unidades federais de saúde. O TCM atestou que "a falta de repasses da União e a atualização dos recursos originalmente previstos foram um dos principais motivos do fracasso da experiência anterior de municipalização dos hospitais federais no Rio em 1998, o que provocou uma crise na saúde e só foi resolvida com a devolução das unidades à União em 2005".

Valter Campanato - Agência Brasil

Nísia disse que a rede federal passará por uma "estruturação" e é estudada parcerias com a Ebserh e a Fiocruz

O estudo de 2019 diz que "a municipalização é medida drástica". Para os autores do documento "a celebração de parceria entre os entes federados poderia ser tecnicamente suficiente e o caminho mais simples à [Secretaria Municipal de Saúde] SMS/RJ, tendo em vista os riscos e a complexidade da municipalização".

Existem seis hospitais federais no Rio de Janeiro. Além do Andaraí, são de responsabilidade da União o Hospital da Lagoa, Hospital Cardoso Fontes, Hospital dos Servidores do Estado, Hospital de Ipanema e o Hospital de Bonsucesso. As unidades são referências em ações de média e alta complexidade. No caso do Andaraí, é no tratamento de pacientes com queimaduras.

Profissionais de saúde apontam problemas em diversos aspectos, como conservação dos prédios, leitos fechados, falta de mão-de-obra, de medicamentos e de equipamentos. A categoria está em greve desde 15 de maio. A pauta de reivindicações inclui recomposição salarial, realização de concurso público e reestruturação das unidades, consideradas sucateadas ao longo dos últimos anos.

Em 18 de março, o Ministério da Saúde deu início aos trabalhos do Comitê Gestor das unidades federais, que iniciaria um processo de restruturação dos hospitais.

Pouco mais de um mês depois, em 23 de abril, ao fazer um balanço da atuação do Comitê Gestor, a ministra Nícia disse que não haveria distribuição dos hospitais. "Não existe distribuição dos hospitais. O governo não abrirá mão de coordenar o programa de reconstrução dos hospitais e fará isso dentro da visão do SUS. Um modelo de gestão definitivo será detalhado dentro deste programa, após toda uma fase de análise e de diálogos que precisam ser feitos com todos os entes."

No fim do mês passado, a ministra Nísia Trindade tinha adiantado que a rede federal passaria por uma "estruturação". Além da prefeitura carioca, eram estudadas parcerias com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Grupo Hospitalar Conceição (GHC).

A reportagem procurou o Ministério da Saúde nesta segunda-feira para obter comentários a respeito da posição do Sindsprev contrária à municipalização. A pasta respondeu apenas que "detalhes sobre o assunto serão dados nos próximos dias".

No sábado (6), durante cerimônia de entrega de ambulância em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, a ministra Nísia Trindade afirmou que "há um grande desafio apresentado pelos hospitais federais. A recuperação desses hospitais é uma das missões que nós temos no Ministério da Saúde."

Já a Secretaria Municipal de Saúde informou que, no domingo (7), houve uma reunião entre a ministra e o prefeito Eduardo Paes para tratar do processo de descentralização da gestão do Hospital Federal do Andaraí.

Participaram também do encontro o secretário de Atenção Especializada do ministério, Adriano Massuda, o assessor da ministra, Chico D'Ângelo, e o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz.

FINANCIAMENTO

Amazônia deve receber R$ 500 milhões para o seu desenvolvimento científico

O governo federal deverá investir cerca meio bilhão de reais para o desenvolvimento científico e tecnológico na região amazônica. O anúncio foi feito pela ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, em conferência na 76ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), que está sendo realizada em Belém, no campus da Universidade Federal do Pará.

Os recursos são do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT), que entrará com R$ 160 milhões, do Programa Pro-Amazônia, com R$ 150 milhões, e do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, com R$ 184,2 milhões.

O dinheiro do FNDCT vai subsidiar apoio à infraestrutura e pesquisa científica na região. "São verbas voltadas para recuperação, atualização e criação de laboratórios, acervos científicos, históricos e culturais e coleções biológicas", explicou Luciana Santos. Segundo a ministra, a maior parte dos recursos, R$ 110 milhões, será aplicada em projetos dessas linhas, "com prioridade para propostas de fora das capitais dos estados amazônicos."

Além da verba do fundo, a ministra anunciou mais R$ 10 milhões para salvaguardar os acervos do Programa de Coleção Científicas e Biológicas do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa). As coleções, iniciadas em 1954, são consideradas como a maior referência da biodiversidade da Floresta Amazônica.

A intenção é usar o recurso para construir um novo herbário de plantas do bioma. "Fizemos assim também com o Museu Paraense Emílio Goeldi, que estava ali, em uma situação de calamidade", lembrou a ministra.

Luciana Santos também prometeu destinar R$ 20 milhões para o Museu das Amazônias, um novo espaço a ser construído para a revitalização do Armazém 4A, no Parque Urbano Belém Porto Futuro. "A nossa intenção é que até a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30), prevista para novembro de 2025, esse museu possa estar pronto." A iniciativa é do governo do Pará, mas conta com recursos federais e de organismos internacionais.

Divulgação

Amazônia: o dinheiro do fundo de desenvolvimento da ciência vai subsidiar apoio à infraestrutura e pesquisa científica

Com os recursos do ProAmazônia, a ministra prevê financiar "o projeto de inovação das empresas nas áreas de bioeconomia, cidades sustentáveis, descarbonização dos processos produtivos, transformação digital, economia digital, restauração florestal, transporte e monitoramento ambiental."

As verbas do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Segurança Alimentar e Erradicação da Fome deverão custear o desenvolvimento de soluções tecnológicas para cadeias socioprodutivas da bioeconomia e sistemas agroalimentares. Haverá um edital instituições de ciências, tecnologias e outro edital para empresas brasileiras na região, públicas ou privadas.

"O objetivo é apoiar projetos que promovam soluções de gargalos científicos e tecnológicos, enfrentados na estruturação e fortalecimento das cadeias socioprodutivas baseadas na biodiversidade brasileira, desenvolvendo produtos, processos, tecnologias e serviços, de modo a agregar e reter valor junto aos elos iniciais das cadeias produtivas e sistemas agroalimentares, porque o que queremos é melhorar a qualidade de vida das populações, promovendo a inclusão e o aumento da eficiência produtiva", detalhou Luciana Santos.

Após a conferência, a ministra ouviu pedidos para aumentar os valores da parte não reembolsável do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e críticas quanto à participação da comunidade científica nas reuniões dos comitês setoriais do fundo e quanto à demora de formalização dos conselhos técnicos científicos. "Nós temos muita confiança em vocês, mas nós queremos ser ouvidos, até porque há muitas questões a colocar", disse o filósofo e ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, atual presidente da SBPC.

Açores Holding S.A.

CNPJ 31.432.109/0001-21

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo/circulante		**–**	**–**	**308.838**	**251.826**
Caixa e equivalentes de caixa	4	–	–	39.222	27.352
Aplicações financeiras	5	–	–	35.142	–
Contas a receber de clientes	6	–	–	150.692	178.199
Estoques	7	–	–	17.301	13.809
Impostos a recuperar	8	–	–	25.868	22.896
Valor a receber pela alienação de imobilizado	9	–	–	20.663	–
Impostos diferidos	24	–	–	6.758	–
Despesas antecipadas		–	–	1.728	1.236
Outras contas a receber		–	–	11.464	8.334
Não circulante		**69.095**	**58.808**	**136.293**	**119.591**
Contas a receber de clientes	6	–	–	35.664	18.184
Impostos a recuperar	8	–	–	6.557	6.557
Depósitos Judiciais	18	–	–	4.720	2.899
Investimentos	10	69.095	58.808	–	–
Intangível	11	–	–	52.958	57.192
Imobilizado	12	–	–	28.405	26.226
Direito de uso em arrendamentos	13	–	–	7.989	8.533
Total do ativo		**69.095**	**58.808**	**445.131**	**371.417**

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido/circulante		**1.197**	**417**	**184.277**	**152.140**
Fornecedores		–	–	29.019	29.181
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	56.921	34.826
Nota comercial	15	780	–	15.474	7.615
Arrendamentos a pagar	16	–	–	4.924	7.872
Obrigações sociais e trabalhistas	17	–	–	71.946	66.689
Obrigações tributárias	18	–	–	5.076	4.863
Impostos diferidos	24	–	–	–	252
Outras contas a pagar		417	417	917	842
Não circulante		**35.000**	**–**	**185.608**	**124.843**
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	119.252	81.713
Nota comercial	15	35.000	–	56.990	36.429
Arrendamentos a pagar	16	–	–	3.335	1.244
Obrigações tributárias	18	–	–	4.733	4.881
Provisão para contingências	19	–	–	1.298	576
Patrimônio líquido		**32.898**	**58.391**	**32.898**	**58.391**
Capital social	20.1	22.163	22.163	22.163	22.163
Reservas legal, de capital e de lucros	20.2	19.952	42.337	19.952	42.337
Prejuízos acumulados		(9.217)	(6.109)	(9.217)	(6.109)
Participação dos não controladores		–	–	42.348	36.043
Total do passivo e patrimônio líquido		**69.095**	**58.808**	**445.131**	**371.417**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Atribuído aos controladores: Capital social	Transações de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**21.683**	**–**	**33.370**	**6.471**	**–**	**61.524**	**37.963**	**99.487**
Aumento de capital com subscrição de ações	480	–	4.320	–	–	**4.800**	–	**4.800**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(6.109)	–	**(6.109)**	(3.744)	**(9.853)**
Transação de capital	–	(1.824)	–	–	–	**(1.824)**	1.824	**–**
Reversão de reserva de lucros para absorção de prejuízo	–	–	362	(362)	–	**–**	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**22.163**	**(1.824)**	**38.052**	**–**	**–**	**58.391**	**36.043**	**94.434**
Resgate de ações preferenciais	–	–	(4.800)	–	–	**(4.800)**	–	**(4.800)**
Transação de capital	–	(11.476)	–	–	–	**(11.476)**	11.476	**–**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(9.217)	**(9.217)**	(5.171)	**(14.388)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**22.163**	**(13.300)**	**33.252**	**–**	**(9.217)**	**32.898**	**42.348**	**75.246**

Demonstrações do resultado	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de vendas	21	–	–	806.391	749.204
(–) Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	22	–	–	(786.943)	(718.000)
(=) Lucro bruto		–	–	19.448	31.204
(+/–) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	–	–	(24.672)	(22.361)
Outras receitas/(despesas) operacionais	22	(8.437)	(6.109)	(408)	(284)
Outras receitas/(despesas) não operacionais		–	–	20.735	(202)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e provisões tributárias		**(8.437)**	**(6.109)**	**15.103**	**8.357**
Receitas financeiras	23	–	–	8.071	6.700
Despesas financeiras	23	(780)	–	(44.572)	(29.986)
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**(9.217)**	**(6.109)**	**(21.398)**	**(14.929)**
IR e CS - correntes		–	–	–	–
IR e CS - diferidos	24	–	–	7.010	5.076
(=) Lucro líquido do exercício		**(9.217)**	**(6.109)**	**(14.388)**	**(9.853)**
Resultado atribuído aos controladores		–	–	(9.217)	(6.109)
Resultado atribuído aos não controladores		–	–	(5.171)	(3.744)
(=) Lucro (prejuízo) líquido do exercício		–	–	**(14.388)**	**(9.853)**
Resultado por ação (em Reais)		–	–	**(1,00)**	**(0,68)**

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	**(9.217)**	**(6.109)**	**(14.388)**	**(9.853)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(9.217)**	**(6.109)**	**(14.388)**	**(9.853)**
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	(9.217)	(6.109)	(9.217)	(6.109)
Não controladores	**–**	**–**	(5.171)	(3.744)
	(9.217)	**(6.109)**	**(14.388)**	**(9.853)**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício		**(9.217)**	**(6.109)**	**(14.388)**	**(9.853)**
Itens que não afetam o caixa operacional					
Depreciações e amortizações	21	–	–	21.024	22.386
Resultado da venda/baixa do imobilizado, investimentos e intangível		–	–	21.239	779
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		–	–	–	(497)
Resultado da equivalência patrimonial	9	8.437	6.109	–	–
Juros sobre empréstimos, financiamentos e notas comerciais	13 e 14	780	–	780	–
Impostos diferidos	23	–	–	(7.010)	(5.077)
Constituição (reversão) provisão para contingências	18	–	–	(722)	122
Itens do resultado que não afetam o caixa		**–**	**–**	**20.923**	**7.860**
Aumento/diminuição das contas de ativo e passivo					
Contas a receber	6	–	–	(10.636)	(92.526)
Imposto a recuperar	8	–	–	(2.972)	(6.069)
Estoques	7	–	–	(3.492)	(1.564)
Fornecedores		–	–	(162)	10.673
Obrigações trabalhistas e sociais	16	–	–	5.257	29.366
Obrigações tributárias	17	–	–	213	(1.431)
Outro passivos circulantes e não circulantes		–	–	(3.547)	(1.443)
Caixa líquido das atividades operacionais		**–**	**–**	**5.584**	**(55.134)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de bens do imobilizado/intangível	10 e 11	–	–	(9.788)	(10.417)
Aporte subscrição de ações e aquisições de investimentos		(35.000)	–	1.047	405
Resgastes de ações preferenciais		4.800	–	–	–
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(30.200)**	**–**	**(8.741)**	**(10.012)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos, financiamentos e notas comerciais	13 e 14	35.000	–	104.272	135.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e notas comerciais	13 e 14	–	–	(84.303)	(89.020)
Aumento/(redução) de capital e de reserva de capital	19	(4.800)	–	30.200	4.800
Aplicações financeiras		–	–	(35.142)	**–**
Caixa líquido das atividades de financiamentos		**30.200**	**–**	**15.027**	**50.780**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**–**	**–**	**11.870**	**(14.366)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		–	–	27.352	41.718
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		–	–	39.222	27.352
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**–**	**–**	**11.870**	**(14.366)**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais: A Açores Holding S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo sido constituída em 05 de setembro de 2018 e estando Sediada na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, Sala 7, Conjunto 142, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP. A Companhia tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades como acionista ou quotista. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na preparação destas demonstrações contábeis, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas de devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria executiva realizada em 25 de março de 2024 e serão ratificadas pela assembleia de acionistas. Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, a qual representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **a) Bases para consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão social	Sede	Participação	Percentual de participação (%) 31/12/2023	31/12/2022
EQS Engenharia S.A.	Brasil	Controlada	62	62

Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data de sua aquisição ou constituição, sendo a data na qual a Companhia obtém o controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixa de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as Companhias controladas. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as Companhias do grupo, são eliminados por completo. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. **2.2. Combinação de negócios:** De acordo com o CPC 15 R1 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. **2.3. Investimento:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional, acrescidos do ágio e diminuído do deságio, enquanto os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição. O ágio apurado na aquisição de empresas, classificado como investimentos tem como fundamento: (i) expectativa de rentabilidade futura (goodwill), (ii) valor de mercado de seus ativos imobilizados que está sendo amortizado mediante sua realização, através de depreciação ou baixas dos correspondentes bens. **3. Principais práticas contábeis adotadas: 3.1. Regime de reconhecimento da receita e base de mensuração:** O critério adotado para o reconhecimento/apropriação dos ativos e passivos, das receitas e despesas e/ou custos é o regime de competência. **Prestação de serviços:** As receitas são reconhecidas de acordo com o avanço físico da prestação de serviços. Os custos e despesas são os incorridos e reconhecidos no mês de competência. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **Custo dos serviços prestados:** O custo dos serviços prestados é registrado no resultado quando incorrido. **3.2. Impostos: Impostos correntes:** O IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro real. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Impostos sobre prestação de serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Contribuição	Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (variável)	2,00 a 5,00

3.3. Instrumentos financeiros: • Classificação e mensuração: O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. **• Classificação - ativos e passivos financeiros:** O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). **Redução ao valor recuperável (*impairment*) - ativos financeiros e ativos contratuais:** O CPC 48 prevê o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas", a ser aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o saldo de contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e somente registrado se o valor for relevante para as demonstrações contábeis. **3.5. Ajustes a valor presente de ativos e passivos:** A Companhia realizou o cálculo do ajuste a valor presente para os ativos e passivos, não apresentando impactos relevantes para registros no exercício. **3.6. Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes taxas de depreciação anual:

	Taxas anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos usados	25% a 40%
Veículos	20%
Ferramental	10%
Computadores e Periféricos	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **3.7. Intangível e ágio:** Os ativos intangíveis advindos de combinação de negócios são reconhecidos nas demonstrações consolidadas pelo seu valor justo na data da aquisição deduzidos da amortização acumulada. A amortização é realizada pelo método linear, que leva o tempo de vida útil dos ativos, sendo estabelecidas quando da avaliação dos ativos e são como segue:

Ativo	Vida útil
Carteira de cliente	6 anos
Softwares	5 anos

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessário. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.9. Provisões - contingências:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Provisões - tributárias:** A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **3.11. Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas):** A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Bancos conta movimento	–	–	25	42
Aplicações de liquidez imediata	–	–	39.197	27.310
Total	–	–	**39.222**	**27.352**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Aplicações financeiras:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Aplicações sem liquidez imediata	–	–	35.142	–
Total	**–**	**–**	**35.142**	**–**

A aplicação financeira realizada em outubro de 2023 tem prazo de vencimento em um ano.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Serviços faturados	–	–	68.974	87.280
Serviços a faturar (a)	–	–	88.452	90.919
Retenções contratuais (b)	–	–	28.930	18.184
(–) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	–	–	–	–
Total	**–**	**–**	**186.356**	**196.383**
Circulante	–	–	150.692	178.199
Não circulante	–	–	35.664	18.184
Total	**–**	**–**	**186.356**	**196.383**

(a) Refere-se a serviços medidos e ainda não faturados até a data de fechamento das informações contábeis; **(b)** Refere-se a retenções efetuadas por clientes, previstas contratualmente, as quais serão devolvidas no final do prazo contratual. O saldo de contas a receber de clientes possuem o valor líquido de R$13.468 referente a 2ª recuperação judicial do cliente OI S.A., onde a Companhia foi classificada como fornecedor parceiro, que estão classificados em partes iguais no ativo circulante e não circulante, no montante de R$6.734. A assembleia geral de credores realizada em 05 de março de 2024 foi suspensa por pedido da Anatel e tem data marcada para o dia 25 de março de 2024, a melhor estimativa da Administração contempla o recebimento deste montante em 4 parcelas semestrais sem deságio. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber. Caso exista indícios de que o valor registrado é menor que o valor recuperável das contas a receber, a provisão será constituída. Demonstramos a seguir a movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo inicial do período				
Adições	–	–	–	(497)
Reversões	–	–	–	–
Baixas	–	–	–	–
Saldo final do período	–	–	–	497
	–	**–**	**–**	**–**

As baixas ocorridas no exercício de 2022, referem-se a títulos baixados como perdas efetivas, que se encontravam vencidos há mais de 4 anos e estavam 100% provisionados, mas que, todavia, terão suas cobranças judiciais mantidas. Não há impacto no saldo líquido de contas a receber e nos fluxos de caixa correspondentes, somente tendo aproveitamento fiscal.

7. Estoques:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Materiais para aplicação	–	–	16.764	13.366
Mercadorias para consumo/revenda	–	–	537	443
Total	**–**	**–**	**17.301**	**13.809**

8. Impostos a recuperar:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Crédito de PIS e Cofins (a)	–	–	6.557	6.557
Saldo negativo CSLL/IRPJ (b)	–	–	25.689	22.162
INSS a compensar	–	–	–	734
ICMS a compensar	–	–	26	–
ISS a compensar	–	–	153	
Total	**–**	**–**	**32.425**	**29.453**
Circulante	–	–	25.868	22.896
Não circulante	–	–	6.557	6.557
Total	**–**	**–**	**32.425**	**29.453**

(a) A EQS Engenharia, possui ação judicial com prognóstico quanto à possibilidade de ganho, classificada como provável, porquanto a questão somente depende de entendimento final já iniciado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 592616, com repercussão geral, que tem como objeto a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS. Os lançamentos foram realizados nos impostos a recuperar e a crédito de outras receitas operacionais; **(b)** O Saldo Negativo de IRPJ e CSLL decorrem das retenções na fonte sobre notas fiscais realizadas por empresas privadas, de capital misto e órgãos públicos federais. A realização ocorre mediante a compensação com impostos e contribuições federais. **9. Valores a receber pela alienação de imobilizado:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Venda de ativo imobilizado	–	–	20.663	–
Total	**–**	**–**	**20.663**	**–**
Circulante	–	–	20.663	–
Não circulante	–	–	–	–
Total	**–**	**–**	**20.663**	**–**

Valor líquido a receber referente à venda de veículos próprios do ativo imobilizado, realizada em dezembro de 2023, com prazo de recebimento até junho de 2024.

10. Investimentos: Demonstramos a seguir a composição dos investimentos:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
EQS Engenharia S.A.	69.095	58.808
Total	**69.095**	**58.808**

Movimentação dos Investimentos	**Controladora**
Em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**61.941**
Subscrição de ações na controlada EQS	4.800
Equivalência Patrimonial	(6.109)
Transação de Capital	(1.824)
Em 31 de dezembro de 2022	**58.808**
Subscrição de ações na controlada EQS	35.000
Resgate de ações preferenciais	(4.800)
Equivalência Patrimonial	(8.437)
Transação de Capital	(11.476)
Em 31 de dezembro de 2023	**69.095**

Aporte de Capital Social na sociedade controlada EQS Engenharia S.A., no montante de R$ 35 milhões (representada por ações preferenciais classe "C", todas nominativas e sem valor nominal), sendo R$ 3,5 mil, destinados ao capital social e R$ 34.996,5 milhões, destinados à conta de reserva de capital. O aporte efetuado resultou no montante de R$ 11.476 milhões a título de transação de capital.

11. Intangível:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Goodwill Arenanet	–	–	170	170
Mais-Valia Arenanet	–	–	1.219	1.219
Goodwill Fig Tree	–	–	50.269	50.269
Mais-Valia Fig Tree	–	–	11.839	11.839
Total intangível	**–**	**–**	**63.497**	**63.497**
(–) Amortização Mais-Valia ArenaNet	–	–	(772)	(528)
(–) Amortização Mais-Valia Fig Tree	–	–	(9.767)	(5.777)
Total amortização	**–**	**–**	**(10.539)**	**(6.305)**
Total	**–**	**–**	**52.958**	**57.192**

A seguir demonstra-se a composição das amortizações por ano de vencimento:

Aging Amortização	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
2023	–	–	–	(4.234)
2024	–	–	(2.315)	(2.315)
2025	–	–	(204)	(204)
Total	**–**	**–**	**(2.519)**	**(6.753)**

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - *"impairment"*: De acordo com os itens 132 e 134 do CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", a Administração realizou análise de *impairment* para o ágio de rentabilidade futura (*goodwill)* não resultando em perdas a serem reconhecidas. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, foi determinado através de fluxos de caixa futuros descontados o ágio foi alocado para a unidade geradora de caixa utilizado nos orçamentos plurianuais que é único na Companhia. A Companhia anualmente realiza o teste e a data-base utilizada neste exercício foi em 31 de dezembro de 2023. Seguem as premissas utilizadas:

	31/12/2023
Taxa *WACC*	18,3%
Anos projetado	5 anos
Taxa crescimento perpetuidade	7,0%
Crescimento médio receita líquida	9,3%
% Capital de giro e Capex s/receita líquida	1,8%

A taxa de Custo Médio Ponderado de Capital WACC - Weighted Average Cost of Capital é calculada com base na modelagem CAPM (Capital Asset Princing Model) usando um beta de mercado, alavancagem, risk free, prêmio de mercado, risco de tamanho e o custo de financiamento. **12. Imobilizado:** Está demonstrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas a seguir, levando-se em consideração a estimativa de vida útil econômica dos bens e reduzidos ao seu valor recuperável quando aplicável. Os custos dos itens do Imobilizado incluem: seu preço de aquisição; custos diretos para colocar o ativo em condições de funcionamento; estimativa inicial de custos e desmontagem, remoção e restauração do local. Os imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos que não são depreciados.

Consolidado	Taxas anuais de depreciação	Custo do Imobilizado	Depreciação acumulada	2023 Imobilizado líquido	2022 Imobilizado líquido
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(826)	4.530	2.669
Móveis e utensílios	10%	1.353	(529)	824	847
Veículos usados	25% a 40%	2.297	(1.388)	909	2.233
Veículos	20%	858	(698)	160	1.492
Ferramental	10%	27.087	(8.229)	18.858	15.655
Computadores e periféricos	20%	5.164	(3.086)	2.078	2.506
Softwares	10%	1.116	(180)	936	824
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	112	(2)	110	–
Total		**43.343**	**(14.938)**	**28.405**	**26.226**

Demonstramos a seguir a movimentação do imobilizado líquido:

Consolidado	31/12/2022	Adições	Baixas de ativo	Depreciação	Baixas depreciação	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	2.669	2.307	–	(453)	7	4.530
Móveis e utensílios	847	91	–	(114)	–	824
Veículos usados	2.233	968	(1.942)	(1.418)	1.068	909
Veículos	1.492	–	(1.529)	(1.314)	1.511	160
Ferramental	15.655	5.595	–	(2.392)	–	18.858
Computadores e periféricos	2.506	486	–	(914)	–	2.078
Softwares	824	229	–	(117)	–	936
Benfeitoria em imóveis de terceiros	–	112	–	(2)	–	110
Total do imobilizado líquido	**26.226**	**9.788**	**(3.471)**	**(6.724)**	**2.586**	**28.405**

Consolidado	31/12/2021	Adições	Baixas de ativo	Depreciação	Baixas depreciação	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	691	2.197	–	(219)		2.669
Móveis e utensílios	623	335	–	(111)		847
Veículos usados	354	2.553	(28)	(646)	–	2.233
Veículos	1.778	–	(422)	(253)	389	1.492
Ferramental	14.464	3.303	(21)	(2.091)	–	15.655
Computadores e periféricos	1.788	1.480	–	(762)		2.506
Softwares	330	549	–	(55)		824
Consórcios	308	–	(308)	–	–	–
Total do imobilizado líquido	**20.336**	**10.417**	**(779)**	**(4.137)**	**389**	**26.226**

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "*impairment*": De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação. **13. Direito de uso em arrendamentos:** A Companhia possui locações de veículos, leasing financeiro da frota própria e operações de arrendamentos para uso de imóveis como sede e filiais em várias regiões geográficas do país, que são reconhecidos como direito de uso mensurado inicialmente ao custo e ajustados anualmente conforme correção monetária, descontos, renovações ou cancelamentos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas revisões do passivo de arrendamentos:

Consolidado	2023 Custo do arrendamento	2023 Amortização acumulada	2023 Arrendamento líquido	2022 Arrendamento líquido
Leasing financeiro	766	(165)	601	3.459
Locação de imóveis	10.799	(8.547)	2.252	2.381
Locação de veículos	20.248	(15.112)	5.136	2.693
Total bruto	**31.813**	**(23.824)**	**7.989**	**8.533**

Consolidado	31/12/2022	Adições	Amortização	31/12/2023
Leasing financeiro	3.459	–	(2.858)	601
Locação de imóveis	2.381	3.005	(3.134)	2.252
Locação de veículos	2.693	6.516	(4.073)	5.136
Total do arrendamento líquido	**8.533**	**9.521**	**(10.065)**	**7.989**

Consolidado	31/12/2021	Adições	Amortização	31/12/2022
Leasing financeiro	9.455	14	(6.010)	3.459
Locação de imóveis	2.067	2.766	(2.452)	2.381
Locação de veículos	2.332	6.216	(5.855)	2.693
Total do arrendamento líquido	**13.854**	**8.996**	**(14.317)**	**8.533**

14. Empréstimos e financiamentos: As contas de empréstimos e financiamentos são compostas pelas operações financeiras individualizadas com garantias de fluxos de recebíveis dos clientes e aval do diretor presidente, com as respectivas taxas, encargos, valores e demais dados, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Taxa média anual (%)	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Capital de giro	14,35% - 16,23%	–	–	179.219	117.909
(–) Custos de captação		–	–	(3.046)	(1.370)
	Total	**–**	**–**	**176.173**	**116.539**
	Circulante	–	–	57.918	34.931
	(–) Custos de captação	–	–	(997)	(105)
	Total circulante	**–**	**–**	**56.921**	**34.826**
	Não circulante	–	–	121.301	82.978
	(–) Custos de captação	–	–	(2.049)	(1.265)
	Total não circulante	**–**	**–**	**119.252**	**81.713**
	Total	**–**	**–**	**176.173**	**116.539**

Consolidado	31/12/2022	Adições	Amortização de principal	Amortização de juros	Juros reconhecidos	Custos de captação	31/12/2023
Capital de giro	116.539	104.272	(42.646)	(27.334)	26.262	(920)	176.173
Total	**116.539**	**104.272**	**(42.646)**	**(27.334)**	**26.262**	**(920)**	**176.173**

O montante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
2023	–	–	–	34.826
2024	–	–	56.921	39.267
2025	–	–	61.862	27.905
2026	–	–	43.588	14.541
2027	–	–	10.556	–
2028	–	–	3.246	–
Total	**–**	**–**	**176.173**	**116.539**

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos. Há dois contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2023 que possuem cláusulas restritivas (*covenants*) de manutenção de indicadores econômico-financeiros anuais, que necessitaram de *waiver* com validade de um ano. Não ocorreram neste exercício operações com derivativos ou que possuam exposição à variação cambial. **15. Nota comercial:** As contas de notas comerciais são compostas pelas operações financeiras individualizadas com garantias de fluxos de recebíveis dos clientes e aval do diretor presidente, com as respectivas taxas, encargos, valores e demais dados, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Taxa média anual (%)	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Nota comercial	CDI + 2,25% e 123% CDI	35.780	–	73.280	45.115
(–) Custos de captação		–	–	(816)	(1.071)
	Total	**35.780**	**–**	**72.464**	**44.044**
	Circulante	780	–	15.780	7.615
	(–) Custos de captação	–	–	(306)	–
	Total circulante	**780**	**–**	**15.474**	**7.615**
	Não circulante	35.000	–	57.500	37.500
	(–) Custos de captação	–	–	(510)	(1.071)
	Total não circulante	**35.000**	**–**	**56.990**	**36.429**
	Total	**35.780**	**–**	**72.464**	**44.044**

O montante teve a seguinte movimentação, bem como apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

Controladora	31/12/2022	Adições	Amortização de principal	Amortização de juros	Juros reconhecidos	Custos de captação	31/12/2023
Capital de giro	–	35.000	–	–	780	–	35.780
Total	**–**	**35.000**	**–**	**–**	**780**	**–**	**35.780**

Consolidado	31/12/2022	Adições	Amortização de principal	Amortização de juros	Juros reconhecidos	Custos de captação	31/12/2023
Capital de giro	44.044	35.780	(7.500)	(6.823)	6.708	255	72.464
Total	**44.044**	**35.780**	**(7.500)**	**(6.823)**	**6.708**	**255**	**72.464**

Ano de vencimento	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
2023	–	–	–	7.615
2024	780	–	47.722	14.572
2025	35.000	–	17.446	14.572
2026	–	–	7.296	7.285
Total	**35.780**	**–**	**72.464**	**44.044**

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desta nota comercial. A Controladora contratou nota comercial em 31 de outubro de 2023, a Controlada mantém contrato de nota comercial em aberto em 31 de dezembro de 2023, ambos não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros, bem como não ocorreram neste exercício operações com derivativos ou que possuam exposição à variação cambial.

16. Arrendamentos a pagar:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Leasing financeiro	–	–	731	3.800
Locação de imóveis	–	–	2.279	2.473
Locação de veículos	–	–	5.249	2.843
Total bruto	**–**	**–**	**8.259**	**9.116**
Circulante	–	–	4.924	7.872
Não circulante	–	–	3.335	1.244
Total	**–**	**–**	**8.259**	**9.116**

Consolidado	31/12/2022	Adições	Amortização principal	Juros reconhecidos	31/12/2023
Leasing financeiro	3.800	–	(3.308)	239	731
Locação de imóveis	2.472	3.005	(3.619)	420	2.278
Locação de veículos	2.844	6.516	(4.560)	450	5.250
Total líquido	**9.116**	**9.521**	**(11.487)**	**1.109**	**8.259**

Consolidado	31/12/2021	Adições	Amortização principal	Juros reconhecidos	31/12/2022
Leasing financeiro	10.129	14	(7.040)	697	3.800
Locação de imóveis	2.161	2.766	(2.807)	352	2.472
Locação de veículos	2.378	6.216	(6.355)	605	2.844
Total líquido	**14.668**	**8.996**	**(16.202)**	**1.654**	**9.116**

A movimentação é composta conforme abaixo:

Ano de vencimento	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
2023	–	–	–	7.872
2024	–	–	4.924	1.114
2025	–	–	2.919	130
2026	–	–	416	–
Total	**–**	**–**	**8.259**	**9.116**

17. Obrigações sociais e trabalhistas:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Salários a pagar	–	–	18.486	17.505
Provisão de férias e encargos	–	–	38.872	35.075
FGTS a recolher	–	–	2.923	2.751
INSS a recolher	–	–	6.489	6.012
IRRF a recolher	–	–	4.816	4.647
Rescisões a pagar	–	–	–	411
Contribuição sindical	–	–	259	177
Pró-labore a pagar	–	–	101	69
Outros	–	–	–	42
Total	**–**	**–**	**71.946**	**66.689**

18. Obrigações tributárias:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
PIS a recolher	–	–	444	437
COFINS a recolher	–	–	2.045	2.012
ISS a recolher	–	–	1.069	376
IRRF e INSS a recolher	–	–	144	71
ISS retido a recolher	–	–	112	132
PIS/COFINS/CSLL - Retenção 4,65%	–	–	144	84
Parcelamentos tributários (i)	–	–	5.851	6.632
Total	**–**	**–**	**9.809**	**9.744**
Circulante	–	–	5.076	4.863
Não circulante	–	–	4.733	4.881
Total	**–**	**–**	**9.809**	**9.744**

(i) Parcelamentos tributários: De acordo com o princípio contábil da competência, a Companhia reconheceu contabilmente a multa e os juros incorridos até 31 de dezembro de 2023, estando os parcelamentos atualizados com os extratos constantes no sítio da Receita Federal do Brasil e junto aos respectivos entes federativos, como segue:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Parcelamento INSS (a)	–	–	–	685
Parcelamento Cofins (b)	–	–	–	163
Parcelamento IRPJ (c)	–	–	420	442
Parcelamento PERT 4141 (d)	–	–	4.787	5.160
Parcelamento PERT 5190 (d)	–	–	117	182
Parcelamento Lei 12.996 (f)	–	–	527	–
Total	**–**	**–**	**5.851**	**6.632**
Circulante	–	–	1.118	1.751
Não circulante	–	–	4.733	4.881
Total	**–**	**–**	**5.851**	**6.632**

Demonstramos a seguir a natureza dos parcelamentos: (a) Parcelamento de INSS - A Companhia possui três parcelamentos de INSS, realizado em 60 (sessenta) vezes, o primeiro foi efetuado em 27 de setembro de 2017, referente à condenação em processos trabalhistas, com principal de R$ 45 mil e juros "Selic" e multas de mora que somaram R$ 36 mil. O segundo em 23 de julho de 2018 referente a diferenças apuradas na GPS mensal da Companhia, competências de abril de 2017 a fevereiro 2018, com principal de R$ 1.997 mil e juros "Selic" e multas de mora de R$ 499 mil. O terceiro realizado em 19 de julho de 2018, referente a auto de infração do INSS conforme processo 11516-721.747/2018-49, com principal de R$ 1.697 mil e juros "Selic" e multas de mora de R$ 1.653 mil. Este parcelamento foi integralmente quitado durante o exercício de 2023; **(b) Parcelamento de IRPJ -** Em 18 de setembro de 2018 foi efetuado parcelamento de IRPJ referente às competências de julho de 2017 a dezembro de 2017, com valor principal de R$ 761 mil e juros "Selic" e multa de mora de R$ 198 mil. Este parcelamento foi integralmente quitado durante o exercício de 2023; **(c) Parcelamento PERT -** Com o advento do programa de parcelamento "MP 783/2017", a Companhia desistiu de parcelamentos Ordinários de PIS, Cofins e INSS e aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), incluindo o total de débitos restantes permitidos pela devida Medida Provisória. Os débitos tributários que foram objeto da adesão ao PERT, são PIS e Cofins das competências de maio de 2016 a março de 2017 e IR da competência de dezembro de 2016. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros "Selic" e multas de mora, que perfizeram na data da opção o total de débitos atualizados em R$ 8.753 mil. Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia beneficiou-se da redução de 80% nos juros "Selic" e de 40% da multa de mora, que foram reconhecidos no resultado no montante de R$ 1.335 mil. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R$ 7.418 mil, com entrada de R$ 438 mil (5%) e saldo parcelado em 145 parcelas, sendo a primeira em 31 de janeiro de 2018 e a última, com vencimento para 31 de janeiro de 2030; **(d) Parcelamento Lei 12.996 -** Em 20 de agosto de 2014 a Companhia aderiu ao Refis da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 2014, que instituiu a possibilidade de parcelamento ou de pagamento à vista de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, sendo que o montante dos débitos atualizados na data da opção era R$ 545 mil; Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia beneficiou-se da redução de 25% nos juros "Selic" e de 60% da multa de mora, que foram reconhecidos no resultado no montante de R$ 61 mil. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R$ 484 mil, com entrada de R$ 24 mil e saldo parcelado em 130 parcelas, sendo a primeira em 31 de outubro de 2014 e a última, com vencimento para 30 de junho de 2025. **(e) Parcelamento Simplificado Lei 10.522 -** Em 09 de janeiro de 2023 a Companhia aderiu ao parcelamento simplificado federal, introduzido pela Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2022, regulamentada pela Instrução Normativa nº 2.063, de 27 de janeiro de 2022, referente aos impostos PIS e Cofins das competências de julho de 2012; agosto e setembro de 2014; março a maio de 2015; março e abril de 2016, com valor principal de R$ 280 mil, acrescidos de juros "Selic" e multa de mora de R$307 mil. **19. Provisão para contingências:** A Companhia é parte (réu) em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registra o montante de R$4.720 mil (R$2.899 mil em 31 de dezembro de 2022) a título de depósitos judiciais, os quais foram efetuados em sua totalidade no decorrer das ações trabalhistas com as quais a Companhia está envolvida. Periodicamente, o departamento jurídico atualiza a situação dos processos e faz as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas. Demonstramos a seguir a composição da provisão para contingências:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contingências trabalhistas	–	–	1.298	557
Contingências cíveis	–	–	–	19
Total	**–**	**–**	**1.298**	**576**

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para contingências:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo Anterior	**–**	**–**	**576**	**454**
(+) Adições	–	–	885	209
(–) Reversões	–	–	(163)	(87)
Saldo Final	**–**	**–**	**1.298**	**576**

A Companhia é parte em ações civis e trabalhista no valor total de R$940 mil e R$4.874, respectivamente, os quais com fundamento na opinião dos seus assessores jurídicos possuem probabilidade de perda possível e, consequentemente, não foi constituída provisão para contingências. **20. Patrimônio líquido: 20.1. Capital Social:** Em 31 de agosto de 2021, conforme Nota Explicativa n° 2.4, a Companhia realizou a incorporação da reserva de capital da investida Fig Tree pela sua controlada EQS (controlada indireta), visando à simplificação da estrutura societária. A Companhia passou a controlar de forma direta a EQS, passando a deter a participação de 62% das ações desta, tal operação entre os acionistas gerou uma redução dos investimentos de R$23.601 a qual foi registrada com transação de capital. Em 31 de agosto de 2021, conforme Nota Explicativa n° 2.4.2., a controlada EQS realizou a incorporação de 100% da investida Fig Tree, gerando uma redução de participação no montante de R$23.601. Em 20 de dezembro de 2021, a Companhia integralizou o montante de R$7.252 no capital social referente ao saldo de reserva de transações de capital e utilizou a reserva de lucro para absorção do prejuízo de janeiro a outubro de 2021 no montante de R$ 3.210. Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia integralizou em dinheiro através de ações preferenciais o montante de R$4.800, sendo R$480 no capital social e R$4.320 na reserva de capital na controlada EQS Engenharia S.A. Em 12 de abril de 2023, a Companhia, resgatou 1.107.754 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, pelo valor total global de R$4.800, pagos mediante a utilização de parte da conta de reserva de capital da Companhia, portanto, sem a necessidade de redução de capital social. No final do exercício, em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R$22.163, dividido em 14.430.727 ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional, pertencentes exclusivamente a acionistas residentes no País. Demonstramos a composição societária da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023 Ações Ordinárias	31/12/2023 Capital	31/12/2022 Ações Ordinárias	31/12/2022 Capital
Fundo de Investimentos em Participações Vocatus Multiestratégia	**14.430.727**	**22.163**	**15.538.481**	**22.163**

20.2. Reserva legal, de capital e de lucros: Na companhia controlada foi mantido o saldo da reserva legal no valor de R$559 (R$559 em 31 de dezembro de 2022), equivalente a 5% do lucro líquido acumulado até 31 de dezembro de 2022, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia controladora possui o saldo de reserva de capital no valor de R$33.252 (R$ 38.052 em 31 de dezembro de 2022), a empresa controlada possui saldo de R$44.485 (R$14.320 em 31 de dezembro de 2022). **20.3. Dividendos:** Nos termos do Estatuto Social, a Administração prevê um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido, podendo prever distribuição de lucros. Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de novembro de 2023, os acionistas deliberam a renúncia deste exercício dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no artigo 24 do estatuto social da Companhia. **21. Receita líquida:** Conforme requerido pelo Pronunciamento Contábil CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional, a qual demonstramos reconciliada a seguir para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita de serviços	–	–	915.273	842.918
Revenda de mercadorias	–	–	10.193	9.955
Total receita bruta	**–**	**–**	**925.466**	**852.873**
Devoluções de vendas	–	–	(567)	(1.518)
Impostos federais	–	–	(84.601)	(74.062)
Impostos estaduais	–	–	(431)	(1.080)
Impostos municipais	–	–	(33.476)	(27.009)
Total deduções da receita bruta	**–**	**–**	**(119.075)**	**(103.669)**
Total receita líquida de vendas	**–**	**–**	**806.391**	**749.204**

continua→★

★ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis da Açores Holding S.A.

22. Custos e despesas por natureza: Os custos das mercadorias vendidas e serviços prestados, despesas comerciais e despesas gerais e administrativas, por natureza e por função, estão demonstradas da seguinte maneira:

Custos e Despesas por Natureza	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Com pessoal	–	–	(562.097)	(504.897)
Serviços de terceiros	–	–	(135.719)	(141.117)
Serviços e materiais de consumo	–	–	(60.933)	(62.037)
Aluguéis e locação de equipamentos	–	–	(59.162)	(38.602)
Depreciação e amortização	–	–	(21.024)	(22.386)
Multas e impostos	–	–	(408)	(284)
Créditos de ações judiciais	–	–	(721)	(125)
Outros	–	–	28.041	28.803
Total	–	–	(812.023)	(740.645)

Custos e Despesas por Função	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Custos das merc. vendidas e serviços prestados	–	–	(786.943)	(718.000)
Resultado da equivalência patrimonial	(8.437)	(6.109)	–	–
Despesas gerais e administrativas	–	–	(24.672)	(22.361)
Outras receitas/(despesas) operacionais	–	–	(408)	(284)
Total	(8.437)	(6.109)	(812.023)	(740.645)

23. Receitas e despesas financeiras:

Receitas financeiras	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Rendimento aplicações financeiras	–	–	6.041	3.543
Atualizações Financeiras	–	–	1.970	2.945
Juros recebidos	–	–	26	154
Descontos obtidos	–	–	33	52
Outras receitas financeiras	–	–	1	6
Total	–	–	8.071	6.700

Despesas financeiras	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(780)	–	(33.750)	(21.414)
Juros sobre arrendamentos	–	–	(1.109)	(1.654)
Juros pagos	–	–	(679)	(879)
Despesas financeiras com taxas e impostos	–	–	(375)	(312)
Despesas bancárias	–	–	(1.383)	(1.024)
Outras despesas financeiras	–	–	(7.276)	(4.703)
Total	(780)	–	(44.572)	(29.986)

24. Impostos correntes e diferidos sobre a renda:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Resultado contábil antes do IR e da CS	(9.217)	(6.109)	(20.618)	(14.929)
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal	(3.134)	(2.077)	(7.010)	(5.076)
Adições/Exclusões				
Despesas indedutíveis	–	–	421	470
Provisão (Reversão) de contingências	–	–	722	122
Arrendamentos	–	–	10.636	9.962
Equivalência patrimonial	8.437	6.109	–	–
Outras adições e exclusões	–	–	2.467	(47.349)
Total de adições/exclusões líquidas	8.437	6.109	14.246	(36.795)
IR e CS corrente	–	–	–	–
IR e CS diferidos	–	–	7.010	5.076
Alíquota fiscal	0%	0%	34%	34%

25. Seguros (não auditadas): Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. **26. Instrumentos financeiros: 26.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores aos três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **26.2. Política de gestão de riscos financeiros:** A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do '*hedge*' das contrapartes. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. **26.3. Risco de crédito:** A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no saldo de contas a receber. **26.4. Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira. **26.5. Risco de mercado:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. **27. Valor justo:** O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora 31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo
Equivalente de caixa	39.197	39.197	27.310	27.310
Aplicações com liquidez imediata	39.197	39.197	27.310	27.310
Aplicações financeiras	35.142	35.142	–	–
Aplicações sem liquidez imediata	35.142	35.142	–	–
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	207.019	207.019	196.383	196.383
Empréstimos e financiamentos	–	–	116.539	116.539
Nota comercial	–	–	44.044	44.044
Fornecedores	29.019	29.019	29.181	29.181

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI; • **Contas a receber de clientes e fornecedores** - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável ou relevante; • **Empréstimos e financiamentos e nota comercial** - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado. **28. Eventos subsequentes: Aquisições:** Em 04 de janeiro de 2024 foi assinado o contrato de compra e venda e em 27 de fevereiro de 2024 foi concluída a aquisição pela Companhia de 100% das quotas da sociedade Bratec Máquinas e Serviços Ltda., após a prática de todos os atos aplicáveis, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e cumprimento de todas as condições precedentes a que a aquisição estava sujeita. A Bratec Máquinas e Serviços Ltda. possui sede em Serra-ES, foi fundada em 1978 possuindo 45 anos de existência e presta serviços de manutenção industrial com forte atuação em grandes clientes. Ela registrou uma receita bruta de aproximadamente R$103,7 milhões no exercício de 2023. **Capital:** Em 31 de janeiro de 2024, o acionista Açores Holding S.A. resgatou 1.000 ações preferenciais no valor de R$1.187, com a redução da rubrica reserva de capital. Em 19 de fevereiro de 2024, a Companhia aprovou o aumento de capital social de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal no montante de R$3.000, sendo R$300 destinados à conta de capital social e R$2.700 destinados à conta de reserva de capital da sociedade. Com isto, o capital social da Companhia na data da emissão destas demonstrações financeiras era de R$22.463, dividido em 17.430.727 ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional, pertencentes exclusivamente a acionistas residentes no País.

Diretoria

Thiago Luiz Grego de Aguiar - Diretor Presidente | **Aurelio de Luca Miranda** - Diretor Financeiro

Contador

Anderson Gilberto Maria - CRC/SC 021773/O-4 S/SP

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Açores Holding S.A.** Florianópolis - SC - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Açores Holding S.A. ("**Companhia**"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Açores Holding S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 14 de junho de 2024

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 – S - SC

Márcio Silva
Contador - CRC 1 RS 078817/O-2 – S - SC

Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE

CNPJ/MF nº 20.626.892/0001-48 - NIRE 35.300.467.370

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05 de Julho de 2024

1. Data, Horário e Local: aos 05 de julho de 2024, às 12:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) nº 81, de 10 de junho de 2020, tendo sido a presente Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**") considerada como realizada na sede social da **Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n° 1.996, 16° Andar, Conj. 161, Sala E, Vila Olímpia, CEP 04.547-905. **2. Convocação e Presença:** a convocação para esta Assembleia foi dispensada em face da presença, por videoconferência, das acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("**Lei das Sociedades por Ações**"), de acordo com as assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Enio Luigi Nucci; e Secretário: Sr. Paulo Roberto de Godoy Pereira. **4. Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a captação de recursos, pela Companhia, mediante a realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, no valor total de R$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, a ser registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o rito de registro automático de distribuição e destinada exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme definidos abaixo), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("**Resolução CVM 160**"), das "*Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas*" e do "*Código de Ofertas Públicas*", ambos expedidos pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), em vigor desde 1º de fevereiro de 2024 ("**Código ANBIMA**"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta**"), mediante a celebração do *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE"* ("**Escritura de Emissão**"), entre a Companhia, a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ**") sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**" e "**Agente Fiduciário**", respectivamente), e a **Alupar Investimento S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.364.948/0001-38, na qualidade de garantidora e principal pagadora das Obrigações Garantidas (conforme definidas abaixo) ("**Fiadora**"); **(ii)** a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores constituídos, conforme o caso, para praticar(em) todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas sem limitação à celebração da Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definidos); e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores constituídos, conforme o caso, relacionados exclusivamente às deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: **(i)** aprovar, nos termos do artigo 59, *caput,* da Lei das Sociedades por Ações, a captação de recursos, pela Companhia, mediante a realização da Emissão, para distribuição pública, a ser registrada perante a CVM sob o rito de registro automático de distribuição e destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos do artigo 59, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do artigo 26, inciso X, e demais dispositivos aplicáveis da Resolução CVM 160 e do artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis, por meio da celebração da Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas na Escritura de Emissão: **(a)** *Destinação dos Recursos:* nos termos do artigo 2°, parágrafo 1°, da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("**Lei 12.431**"), e do Decreto n° 11.964 e da Resolução CMN 5.034, a totalidade dos Recursos Líquidos (conforme definidos abaixo) captados pela Companhia por meio da colocação das Debêntures será destinada, pela Companhia, única e exclusivamente, para pagamento futuro, bem como reembolso de gastos, despesas ou dívidas, incorridos no período de 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a data de encerramento da Oferta, ao projeto descrito na Escritura de Emissão ("**Projeto**"). Para fins desta Assembleia, entende-se como "**Recursos Líquidos**" os recursos captados pela Companhia por meio da integralização das Debêntures, excluídos os custos e despesas incorridos para realização da Emissão e da Oferta; **(b)** *Número da Emissão:* a presente Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; **(c)** *Valor Total da Emissão:* o valor total da emissão será de R$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("**Valor Total da Emissão**"). Não será facultada a possibilidade de aumento do Valor Total da Emissão por meio de oferta de lote adicional; **(d)** *Número de Séries:* a Emissão será realizada em série única; **(e)** *Quantidade de Debêntures:* serão emitidas 650.000 (seiscentas e cinquenta mil) Debêntures; **(f)** *Valor Nominal Unitário:* o valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"), na Data de Emissão (conforme abaixo definido); **(g)** *Forma e Comprovação de Titularidade:* as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("**B3**"), será expedido pela B3 extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(h)** *Agente de Liquidação e Escriturador:* o agente de liquidação e o escriturador das Debêntures será a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, n° 215, 4º Andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ sob n° 22.610.500/0001-88 ("**Agente de Liquidação**" e "**Escriturador**", conforme o caso); **(i)** *Conversibilidade:* as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(j)** *Espécie:* as Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que as Debêntures contarão, desde a Data de Emissão, com garantia adicional fidejussória adicional prestada pela Fiadora; **(k)** *Data de Emissão*: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser estabelecida na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**"); **(l)** *Prazo e Data de Vencimento:* ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da realização de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) (que importe no resgate da totalidade das Debêntures) ou, ainda, Aquisição Facultativa com Cancelamento (conforme definida abaixo), nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão e desde que permitido na forma da legislação e regulamentação aplicáveis e da Lei 12.431 e da regulamentação do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**"), as Debêntures terão prazo de vencimento de 5478 (cinco mil, quatrocentos e setenta e oito) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data a ser estabelecida na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento**"); **(m)** *Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:* o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde a Primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo) (inclusive) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) ("**Atualização Monetária**"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário ("**Valor Nominal Unitário Atualizado**"). A Atualização Monetária será calculada conforme a fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão; **(n)** *Remuneração:* sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a determinado percentual ao ano, a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding,* e que serão equivalentes ao maior taxa entre (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030 baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (www.anbima.com.br), conforme apurada no fechamento do Dia Útil da realização do Procedimento de *Bookbuilding,* acrescida exponencialmente de spread de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração**"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão; **(o)** *Pagamento da Remuneração:* ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da realização de Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado que importe no resgate da totalidade das Debêntures ou, ainda, Aquisição Facultativa com Cancelamento, nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão e desde que permitido na forma da legislação e regulamentação aplicáveis e da Lei 12.431 e da regulamentação do CMN, a Remuneração das Debêntures será paga nas datas a serem indicadas na Escritura de Emissão, sendo primeiro pagamento realizado em 15 de janeiro de 2025 e, o último pagamento na Data de Vencimento (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**"). Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; **(p)** *Amortização do Principal:* ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da realização de Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado que importe no resgate da totalidade das Debêntures ou, ainda, Aquisição Facultativa com Cancelamento, nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão e desde que permitido na forma da legislação e regulamentação aplicáveis e da Lei 12.431 e da regulamentação do CMN, o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em parcelas sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de janeiro de 2025 e as demais de forma semestral, sendo a última na Data de Vencimento, conforme cronograma a ser descrito na Escritura de Emissão; **(q)** ***Repactuação Programada:*** não haverá repactuação programada das Debêntures; **(r)** ***Local e Forma de Pagamento:*** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da B3, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, conforme seu procedimento, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim; **(s)** *Tratamento Tributário*: as Debêntures gozarão do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431. Caso a Companhia não utilize os recursos captados por meio das Debêntures na forma prevista no item (a) acima, a Companhia será responsável pelo pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor dos recursos não alocados no Projeto; **(t)** ***Prorrogação dos Prazos:*** considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação a ser prevista na Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos; **(u)** ***Encargos Moratórios:*** sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observado o disposto no item (t) acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("**Encargos Moratórios**"); **(v)** *Direito de Preferência:* não haverá direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Debêntures; **(w)** *Garantias:* em garantia do pontual e integral adimplemento de todas e quaisquer **(I)** obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, da Remuneração, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos às Debêntures, quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(II)** obrigações relativas a despesas, custos, tributos ou indenizações devidos pela Companhia e pela Fiadora com relação às Debêntures; e **(III)** obrigações relativas a eventuais custos ou despesas necessários e comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas relacionados a Escritura de Emissão ("**Obrigações Garantidas**"), as Debêntures contarão com as seguintes garantias: **(I)** Cessão Fiduciária: cessão fiduciária, pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, (i) a totalidade dos direitos emergentes, presentes e/ou futuros, do Contrato de Concessão, inclusive o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente (conforme definido na Escritura de Emissão) à Companhia, incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão ("**Direitos Emergentes**"); (ii) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e/ou futuros, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão e no CPST ou em qualquer outro contrato que venha a substituir o Contrato de Concessão e/ou o CPST, com exceção dos Recebíveis RAP Adicional conforme determinado na Cláusula 2.3 do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, Direitos Creditórios e Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças"* ("**Contrato de Cessão Fiduciária**" e "**Direitos Creditórios**", respectivamente); (iii) a totalidade dos direitos creditórios (incluindo receitas), presentes e/ou futuros, a qualquer tempo, durante a vigência do presente Contrato, a serem recebidos, mantidos e depositados na conta bancária de titularidade da Companhia junto ao Banco Depositário (conforme vier a ser identificada no Contrato de Administração de Contas, a "**Conta Centralizadora**"), na qual serão creditados os recebíveis decorrentes dos Direitos Emergentes e dos Direitos Creditórios, bem como todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados na Conta Centralizadora, previstos no presente Contrato, com exceção dos Recebíveis RAP Adicional, conforme determinado na Cláusula 2.3 do Contrato de Cessão Fiduciária; e (iv) a totalidade dos direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos realizados com os recursos creditados na Conta Centralizadora, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Companhia, conforme aplicável, observados os termos e condições a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("**Cessão Fiduciária**"); e **(II)** Alienação Fiduciária: alienação fiduciária, pela Fiadora, em caráter irrevogável e irretratável, de 99,99% (noventa e nove inteiros, noventa e nove centésimos por cento) das ações, existentes e que venham a ser emitidas, de emissão da Companhia ("**Ações da Companhia**"), incluindo 100% (cem por cento) dos frutos, rendimentos, vantagens e remunerações que forem ou venham a ser atribuídos às Ações da Companhia, inclusive dos dividendos, juros sobre capital próprio e reduções de capital a serem pagos pela Companhia, sendo certo que quaisquer frutos, rendimentos, vantagens e remunerações, inclusive dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações da Companhia declarados e pagos, desde que nos termos expressamente permitidos no "*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças"* ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**"), não integrarão referida garantia e poderão ser normalmente distribuídos aos acionistas da Companhia, exceto em casos específicos a serem descritos nos Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, quando tais recursos serão direcionados a uma conta vinculada de titularidade do Agente Fiduciário, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("**Alienação Fiduciária de Ações**" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária, as "**Garantias Reais**"). **(III)** Fiança: a Fiadora, por meio da assinatura da Escritura de Emissão, outorgará fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("**Fiança**" e, em conjunto com as Garantias Reais, as "**Garantias**"), nos termos e condições a serem descritos na Escritura de Emissão, declarando-se, em caráter irrevogável e irretratável, garantidora e principal pagadora, de forma solidária, das Obrigações Garantidas e renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 837, 838, incisos I e II, e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme em vigor, e artigo 794 da Lei nº 13.105, de março de 2015; **(x)** *Oferta de Resgate Antecipado Facultativo:* a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Resolução do CMN n° 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme em vigor ("**Resolução CMN 4.751**") e calculado nos termos da Resolução do CMN n° 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme em vigor ("**Resolução CMN 5.034**"), ou outro prazo mínimo que venha a ser previsto nas legislações e regulamentações aplicáveis, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurando igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures objeto da respectiva oferta de resgate antecipado de que forem titulares, com o cancelamento, pela Companhia, das Debêntures que tenham sido objeto do resgate antecipado ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo pagamento (exclusive), e, se for o caso, de prêmio de resgate antecipado oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo; **(y)** *Resgate Antecipado Facultativo Total:* a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e de forma unilateral, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Resolução CMN 4.751 e calculado nos termos da Resolução CMN 5.034, ou outro prazo mínimo que venha a ser previsto nas legislações e regulamentações aplicáveis, com o cancelamento, pela Companhia, das Debêntures objeto do resgate antecipado, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("**Resgate Antecipado Facultativo**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao pagamento de valor equivalente ao que for maior entre os valores apurados nos termos dos itens (I) e (II) abaixo, sendo certo que não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional pela Companhia: **(I)** o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do Resgate Antecipado Facultativo (exclusive), dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, se houver; ou **(II)** o valor presente das parcelas remanescentes de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo e pagamento da Remuneração, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (NTN-B), com *duration* mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão, na data do Resgate Antecipado Facultativo, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, decrescido de 0,35% a.a. conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão, acrescido dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, se houver; O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para todas as Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, não se admitindo o resgate parcial das Debêntures, sendo certo que o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures será endereçado a todos os Debenturistas sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas objeto do Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia após a realização do Resgate Antecipado Facultativo; **(z)** *Aquisição Facultativa:* a Companhia poderá, a qualquer tempo a partir do decurso dos 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN e das demais legislações e regulamentações aplicáveis), e condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, inciso I, da Lei 12.431 ("**Aquisição Facultativa**"). Observado o disposto neste item, no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("**Resolução CVM 77**"), a Companhia poderá adquirir as Debêntures desde que a aquisição seja: **(I)** por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração incorrida e não paga até a data da aquisição e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou **(II)** por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, desde que observado o disposto na Resolução CVM 77. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a exclusivo critério da Companhia: **(I)** ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751, na Resolução CMN 5.034 e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis ("**Aquisição Facultativa com Cancelamento**"); **(II)** permanecer em tesouraria; ou **(III)** ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item (z), se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; **(aa)** *Amortização Extraordinária Facultativa:* a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e de forma unilateral, a qualquer tempo, e desde que venha a ser permitido na legislação e regulamentação aplicáveis em vigor, incluindo, dentre outras, as regras expedidas pelo CMN, amortizar antecipadamente o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, sendo certo que cada amortização estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("**Amortização Extraordinária Facultativa**"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento de valor equivalente ao que for maior entre os valores apurados nos termos dos itens (I) e (II) abaixo, sendo certo que não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional pela Companhia: **(I)** percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido **(a)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data de Amortização Extraordinária Facultativa (exclusive), proporcional ao percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado objeto da Amortização Extraordinária Facultativa; **(b)** dos Encargos Moratórios; e **(c)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, se houver; ou **(II)** o valor presente do percentual da Amortização Extraordinária Facultativa das parcelas remanescentes de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa e pagamento da Remuneração, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento mais próximo ao prazo médio remanescente das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, calculado conforme fórmula abaixo, na data da Amortização Extraordinária Facultativa, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data da Amortização Extraordinária Facultativa, decrescido de 0,35% a.a. conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão, acrescido dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, se houver. A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser realizada para todas as Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, sendo certo que a Amortização Extraordinária Facultativa será endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas objeto da Amortização Extraordinária Facultativa. **(bb)** *Vencimento Antecipado:* observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Companhia referentes às Debêntures e exigir da Companhia o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis,* a partir da Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) e dos Encargos Moratórios, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático a serem estabelecidas na Escritura de Emissão; **(cc)** *Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:* as Debêntures serão depositadas para **(I)** distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(II)** negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(dd)** *Colocação e Procedimento de Distribuição:* as Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito automático de distribuição, sem necessidade de análise prévia da CVM, nos termos do disposto na Resolução CVM 160, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação dos ("**Coordenadores**"), nos termos do contrato de distribuição da Oferta ("**Contrato de Distribuição**"); **(ee)** *Distribuição Parcial:* não será admitida a distribuição parcial das Debêntures; **(ff)** *Público-Alvo da Oferta:* o público-alvo da Oferta é composto exclusivamente por investidores profissionais, conforme definidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme em vigor ("**Investidores Profissionais**"), observado o Plano de Distribuição (conforme definido abaixo) a ser previsto no Contrato de Distribuição; **(gg)** *Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização:* as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, na data de subscrição (sendo a data em que ocorrer a subscrição e integralização de Debêntures, a "**Data de Integralização**"), no ato da subscrição, por meio do MDA, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição e integralização das Debêntures corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização (inclusive) ("**Primeira Data de Integralização**") até a efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido a exclusivo critério dos Coordenadores no ato de subscrição das Debêntures, desde que referido ágio ou deságio seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma Data de Integralização; e **(hh)** *Demais Características da Emissão:* as demais características da Emissão e das Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **(ii)** autorizar a diretoria da Companhia, ou seus procuradores constituídos, conforme o caso, a praticar(em) todos os atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, aperfeiçoamento ou conclusão da Emissão e/ou da Oferta, especialmente, mas não se limitando, à **(I)** contratação dos Coordenadores e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e/ou à Oferta, tais como o Agente de Liquidação, o Escriturador, a B3, o Agente Fiduciário e os assessores legais, dentre outros, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e **(II)** discussão, negociação e definição dos termos e condições, observado o disposto nas deliberações desta Assembleia, da Emissão, da Oferta e/ou das Debêntures (especialmente a qualificação, os prazos de curas, os limites e/ou os valores mínimos *(thresholds),* as especificações e as exceções aplicáveis às hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, bem como os prêmios de resgate das Debêntures), bem como a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos, e, ainda, de todos os demais documentos pertinentes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da Emissão e da Oferta, bem como a celebração da Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e **(iii)** ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme o caso, para a formalização das deliberações acima tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, sem qualquer oposição, e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. *Confere com original lavrado em livro próprio*. São Paulo, 05 de julho de 2024. **7. Assinaturas: Mesa:** Enio Luigi Nucci - **Presidente;** Paulo Roberto de Godoy Pereira - **Secretário. Acionistas: Alupar Investimento S.A. -** Paulo Roberto de Godoy Pereira, Enio Luigi Nucci; **AF Energia S.A. -** Jorge Francisco Manica Pires, Eduardo Henrique Alves Pires.

Mogi Biogás S/A

CNPJ/MF nº 44.586.367/0001-04 - NIRE 35.300.584-501

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da empresa **Mogi Biogás S/A**, ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 13 de julho de 2024, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia na Fazenda da Rocha, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024; e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga - SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte, José Sérgio Ferrari Junior - Diretores (05, 06 e 09/07/2024).

São Luiz Agroindústria S/A

CNPJ/MF nº 38.278.706/0001-92 - NIRE 35.236.298.614

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas da **São Luiz Agroindústria S/A** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGOE") a ser realizada no dia 17 de julho de 2024, às 11h00min (onze horas), na sede da Companhia na Fazenda São Luiz, Setor I, Sala B, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024; e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Extraordinariamente: Inclusão de objeto social. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga-SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte e Sergino Ribeiro Mendonça Neto - Diretores (05, 06 e 09/07/2024).

São Luiz Bioenergia S/A Participações

CNPJ/MF nº 36.203.478/0001-66 - NIRE 35.300.548.531

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da **São Luiz Bioenergia S/A Participações** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 17 de julho de 2024, às 11h00min (onze horas), na sede da Companhia na Fazenda São Luiz, Setor I, Sala A, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024 e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga-SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte, e Sergino Ribeiro Mendonça Neto - Diretores (05, 06 e 09/07/2024).

São Luiz Termoelétrica S/A

CNPJ/MF nº 40.077.641/0001-69 - NIRE 35.300.586.379

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da **São Luiz Termoelétrica S/A** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 17 de julho de 2024, às 11h00min (onze horas), na sede da Companhia na Fazenda São Luiz, Setor I, Sala C, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024; e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga-SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte e Sergino Ribeiro Mendonça Neto - Diretores. (05, 06 e 09/07/2024).

WSC Agropecuária e Administradora de Bens S/A

CNPJ/MF nº 22.731.951/0001-73 - NIRE 35.300.479.092

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da empresa **WSC Agropecuária e Administradora de Bens S/A**, ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 13 de julho de 2024, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia na Fazenda da Rocha, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024; e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga - SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte, Fábio Ferrari, José Sérgio Ferrari Junior - Diretores (05, 06 e 09/07/2024).

WSC Agropecuária S/A

CNPJ/MF nº 11.266.165/0001-26 - NIRE 35.300.372.875

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da **WSC Agropecuária S/A** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 13 de julho de 2024, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia na Fazenda da Rocha, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024; e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga - SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte, Fábio Ferrari, José Sérgio Ferrari Junior - Diretores (05, 06 e 09/07/2024).

WSC Participações Societárias S/A

CNPJ/MF nº 08.788.555/0001-51 - NIRE 35.300.340.957

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da **WSC Participações Societárias S/A** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 13 de julho de 2024, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia na Fazenda da Rocha, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024; e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga - SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte, Fábio Ferrari, José Sérgio Ferrari Junior - Diretores (05, 06 e 09/07/2024).

Ferrari Agroindústria S/A

CNPJ/MF nº 54.846.951/0001-05 - NIRE 35.300.340.451

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas da **Ferrari Agroindústria S/A** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada no dia 13 de julho de 2024, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia na Fazenda da Rocha, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024; e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Extraordinariamente: 1. Inclusão de objeto social. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga - SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte, Fábio Ferrari, José Sérgio Ferrari Junior - Diretores (05, 06 e 09/07/2024).

Ferrari Agropecuária e Administradora de Bens S/A

CNPJ/MF nº 22.044.808/0001-03 - NIRE 35.300.476.671

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas da **Ferrari Agropecuária e Administradora de Bens S/A** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGOE") a ser realizada no dia 13 de julho de 2024, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia na Fazenda da Rocha, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024; e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Extraordinariamente: Abertura de novas filiais. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga - SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte, Fábio Ferrari, José Sérgio Ferrari Junior - Diretores (05, 06 e 09/07/2024).

Ferrari Participações Societárias S/A

CNPJ/MF nº 21.948.647/0001-10 - NIRE 35.300.476.115

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da **Ferrari Participações Societárias S/A** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 13 de julho de 2024, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia na Fazenda da Rocha, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinariamente: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024; e 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Pirassununga - SP, 05 de julho de 2024. Antônio Carlos Previte, Fábio Ferrari, José Sérgio Ferrari Junior - Diretores (05, 06 e 09/07/2024).

DOENÇAS INTESTINAIS

Eli Lilly faz acordo para compra da Morphic

Divulgação

Com o acordo que prevê a compra da Morphic Holding, a Eli Lilly busca se aproveitar da expertise da Morphic em tratamentos envolvendo as chamadas incretinas.

A Eli Lilly anunciou na segunda-feira, 8, que fechou acordo que prevê a compra da Morphic Holding por US$ 3,2 bilhões. O acordo avalia as ações da Morphic com um prêmio de 79% em relação ao preço de fechamento de sexta-feira, 5. Com o acordo, a Eli Lilly busca se aproveitar da expertise da Morphic em tratamentos envolvendo as chamadas incretinas.

As incretinas são receptores envolvidos em uma ampla gama de atividades biológicas. O principal medicamento experimental da Morphic promete bloquear uma incretina específica para tratar a colite ulcerosa e a doença de Crohn.

A Morphic também possui medicamentos em testes pré-clínicos para doenças autoimunes, hipertensivas pulmonares e fibróticas, além de câncer.

Após a notícia, a ação da Morphic saltou mais de 70% em Nova York.

O analista da RBC Capital Markets Gregory Renza disse que a Lilly é uma "compradora sensata" da Morphic, dada a recente aprovação da empresa para o tratamento da colite ulcerosa Omvoh. A Eli Lilly também está testando o Omvoh em pacientes com doença de Crohn. Estas são as duas formas de doença inflamatória intestinal, ou DII.

"As terapias orais podem abrir novas possibilidades para a intervenção precoce em doenças como a colite ulcerativa e também fornecer o potencial de terapia combinada para ajudar pacientes com doenças mais graves", disse.

Daniel Skovronsky, M.D., Ph.D., diretor científico da Lilly e presidente da Lilly Research Laboratories, que a estratégica reforça o compromisso com o desenvolvimento de novas terapias no campo da gastroenterologia, onde a Lilly fez investimentos significativos para fornecer moléculas de primeira classe para o benefício dos pacientes.

"O imenso potencial do MORF-057 para beneficiar pacientes que sofrem de DII poderia ser otimizado com um parceiro estratégico ideal. A Lilly traz recursos e compromisso incomparáveis para o campo da inflamação e imunologia", comentou Praveen Tipirneni, CEO da Morfic.

Ele afirmou que a empresa construiu a plataforma da Morphic Integrin por perceber a vasta oportunidade da terapêutica de integrina. "O MORF-057 é um tremendo exemplo desses esforços, um inibidor de molécula pequena oral com o potencial de ser bem tolerado e eficaz, atributos que poderiam desbloquear novas possibilidades no tratamento da DII."

A Lilly iniciará uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação da Morphic por um preço de compra de US $ 57 por ação em dinheiro (um total de aproximadamente US $ 3,2 bilhões) a pagar no fechamento. A transação foi aprovada pelos conselhos de administração de ambas as empresas.

A operação não está sujeita a qualquer condição de financiamento e espera-se que seja concluída no terceiro trimestre de 2024, sujeito às condições habituais de fechamento, incluindo a licitação da maioria das ações em circulação. Morphic's.

Após o encerramento da oferta pública, a Lilly adquirirá quaisquer ações de Morphic de forma que não sejam apresentados na oferta pública de aquisição através de uma fusão de segunda fase, com a mesma retribuição paga na oferta pública de aquisição.

O preço de compra a pagar no fechamento representa um prêmio de aproximadamente 79,0% para o preço do estoque de fechamento em 5 de julho de 2024, e 87,2% para o preço médio de negociação médio ponderado por 30 dias.

PORTO ALEGRE

Salgado Filho retomará operações de embarque e desembarque no dia 15

O Aeroporto Internacional de Porto Alegre (Salgado Filho) vai retomar as operações de embarque e desembarque de passageiros a partir de 15 de julho. No entanto, os pousos e decolagens seguirão ocorrendo na Base Aérea de Canoas, segundo a Fraport, concessionária responsável pelo aeroporto gaúcho.

Atualmente, o processamento de passageiros e controle de segurança têm ocorrido no ParkShopping Canoas por conta do fechamento do Salgado Filho após as fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul. As operações foram interrompidas no início de maio e ainda não há previsão para que o funcionamento volte ao normal, incluindo pousos e decolagens.

Contudo, a Fraport destaca que o retorno das operações de embarque e desembarque fazem parte do "compromisso pela retomada do aeroporto". O Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da assessoria, confirmou que há anuência para a retomada de embarque e desembarque.

A transferência da operação de volta para o terminal contempla a utilização de parte do TPS (piso 2 e 3) que não foi impactada pela enchente. A estrutura foi adaptada para que seja utilizada a área internacional tanto no check-in quanto no embarque para esta operação temporária.

O acesso ao TPS deve ser feito pela rampa externa que leva ao piso 2, e o ingresso será apenas pelas portas 5 e 6. O processo de check-in e despacho de bagagem, neste momento, será feito na área do check-in internacional. Após, os passageiros deverão subir ao piso 3 e utilizar a área de embarque internacional para a inspeção de segurança. Neste ambiente, deverão seguir a sinalização para se dirigir ao embarque nos ônibus que os levarão à Base Aérea de Canoas.

Os passageiros que desembarcam na Base serão transportados até o Aeroporto de Porto Alegre, onde irão descer na estação de ônibus para retirar as suas bagagens. Da mesma forma que é realizado até então, nenhum passageiro pode se deslocar diretamente até a Base e sair de lá sem o acompanhamento das equipes da concessionária e da empresa aérea.

O Terminal funcionará das 6h às 21h. O passageiro deverá se apresentar no aeroporto 3h antes do seu voo. O processo de embarque se encerrará 1h30 antes voo. Após este período, não será possível ingressar na sala de embarque.

Em publicação, a Fraport diz que foram realizados testes com ônibus do trajeto aeroporto-Base Aérea (e vice-versa) em horários alternados, e nenhuma alteração relevante de horário foi constatada. "Apesar da maior distância, o tempo médio permaneceu o mesmo da operação realizada atualmente no shopping", diz em nota.

Ainda de acordo com a Fraport, a retomada traz mais agilidade aos procedimentos de embarque, desembarque e inspeção de segurança de um volume maior de passageiros.

Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.

Companhia Aberta – CVM nº 2612-3 - CNPJ/MF nº 12.104.241/0004-02

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024

1. Data, Horário e Local. No dia 12 de junho de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, em canal disponibilizado aos membros da Diretoria da **ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.** ("Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 510, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906. **2. Convocação e Presença.** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **3. Composição da Mesa.** Presidente: Sr. Bruno Lemos Ferrari; Secretária: Sra. Cinthia Maria Ambrogi. **4. Ordem do Dia.** Examinar, discutir e votar sobre a abertura a alteração do objeto social da filial da Companhia, inscrita no CNPJ sob o número 12.104.241/0046-61. **5. Deliberação.** Os membros da Diretoria aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, alterar o objeto social da filial da Companhia, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.104.241/0046-61, registrada perante a Junta Comercial sob o NIRE 31920139022, estabelecida na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, n.º 330, 1º Andar, 2º Andar Parte 1, 3º Andar Parte 1, Bairro Funcionários, CEP: 30130-917, que passará a exercer as atividades e serviços de (i) serviços de quimioterapia; (ii) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; (iii) atividade medica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; e (iv) atividade médica ambulatorial restrita a consultas. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes e assinada. **Mesa**: Bruno Lemos Ferrari – Presidente; Cinthia Maria Ambrogi – Secretária. **Membros da Diretoria Presentes**: Bruno Lemos Ferrari, Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, Cristiano Affonso Ferreira de Camargo, André Paranzini Faria, Carlos Gil Moreira Ferreira, Cinthia Maria Ambrogi, Eduardo Cesar Alves, Giovane Reus Nichele da Costa, Guilherme Gimenes Ferri, Marcos Roberto Moura da Cunha, Ricardo da Silva Santoro. *Certifico a presente ser cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia.* **Cinthia Maria Ambrogi -** Secretária. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 256.151/24-6 em 27/06/2024. Protocolo: 0.936.542/24-0. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Comercial Ticazo Hirata S/A

CNPJ nº 55.615.538/0001-00 - NIRE nº 35.300.029.062

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em AGO/E a ser realizada em 27 de Julho de 2024, às 10:00 horas, em formato exclusivamente digital, por meio da plataforma zoom, nos termos dos artigos 121, § único e 124, § 2º A, da Lei das S/A. **Os acionistas receberão um link, por e-mail, contendo o acesso à plataforma digital,** a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: Em **AGO:** a) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/23, apreciação e destinação de resultados; b) eleição dos membros da administração e fixação de sua remuneração. Em **AGE:** a) Reforma do Estatuto Social e posterior consolidação; b) Outros assuntos.

Lins, 09/07/2024 - **A Diretoria**

Ocrim S.A. Produtos Alimentícios

CNPJ/MF nº 61.065.199/0001-20 - NIRE 35.300.011.511

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Em 15/05/2024 às 09h, em sua sede. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Deliberações:** Aprovada a cisão parcial da sociedade **Ocrim S.A. Produtos Alimentícios,** com versão do acervo cindido para a **Ore Administração e Participações Ltda.,** sociedade limitada, inscrita sob o NIRE 35.228.474.107, CNPJ/MF sob o nº 20.422.893/0001-70, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santo Eurilo, nº 62, sala 03, Bairro Jaguaré, CEP: 05345-040, tudo nos termos e condições previstos no *"Protocolo e Justificação para Cisão Parcial da **Ocrim S.A. Produtos Alimentícios** com versão da parcela cindida para **Ore Administração e Participações Ltda."**,* que faz parte integrante desta Ata como **Anexo I** ("Protocolo e Justificação"); Aprovada, em consequência da cisão acima mencionada, a redução do capital social da Companhia em R$ 9.080.268,00, já desprezando-se os centavos, passando seu capital social de R$ 108.802.379,00 para R$ 99.722.111,00, já desprezando-se os centavos, representado por 91.000 ações; dividido em 91.000 ações, sendo 82.000 ações ordinárias e 9.000 ações preferenciais, sem modificação do número de ações, nos termos do §1º do artigo 169 da Lei 6.404/76, alterando assim o Artigo 5º do Estatuto Social da Cia., que passará a ter a seguinte nova redação: Em razão da deliberação acima, o Artigo 5º da companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º - O Capital Social é de R$ 99.722.111,00, inteiramente integralizado, dividido em 91.000 ações, de classe única, sem valor nominal, sendo 82.000 ações ordinárias de classe única, sem valor nominal, com direito a voto e 9.000 ações preferenciais de classe única, sem valor nominal, sem direito a voto e com direito de recebimento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, sendo 10% superiores aos juros sobre o capital próprio e/ou dividendos pagos às ações ordinárias.";** Aprovado integralmente todos os termos e condições do Protocolo e Justificação; Ratificada a indicação do **Sr. Rogério Scussel,** CNH 02656175986, do CPF/MF nº 021.579.719-12, CRC/PR-041262/O-9; o **Sr. Rodrigo da Silva Martins,** RG nº 43.782.988-1 SSP/SP CPF/MF nº 363.464.328-50, CRC/SP 315518-0; e o **Sr. Robson Luiz Oliveira do Nascimento,** RG nº 25.180.929-8, CPF/MF nº 311.858.578-18, CRC/SP CRC: 224534/O-0, todos especializados em avaliações, para, nos termos do Art. 229, §§ 3° e 5º da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, proceder a avaliação, pelo critério patrimonial contábil, da Parcela Cindida do patrimônio da Companhia, tendo sido também ratificada a dispensa da presença de qualquer representante da referida empresa, sem prejuízo dos trabalhos, em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação ao Laudo de Avaliação; Aprovado o "Laudo de Avaliação de Acervo Líquido Contábil para Efeito de Cisão Parcial e Seletiva com Versão da Parcela Cindida para **Ore Administração e Participações Ltda.**", e que faz parte integrante desta Ata como **Anexo II**; Autorizar os Diretores da Companhia, atendendo ao disposto no § 4º do Art. 229 da Lei nº 6.404/76, a praticarem os atos necessários à efetivação da cisão da parcela cindida e incorporação ora aprovadas perante os Órgãos Públicos e terceiros em geral. Em razão do recebimento de parcela cindida do patrimônio da empresa **Ocrim S.A. Produtos Alimentícios,** a **Ore Administração e Participações Ltda.** sucederá a Companhia qualificada na propriedade, no uso e gozo dos bens individuais que compõem a respectiva parcela cindida, conforme descrito no Protocolo e Justificação. Os demais artigos do Estatuto Social da Companhia que permaneceram inalterados em razão da cisão ora aprovada são, neste ato, ratificados. São Paulo, 15/05/2024. **Mesa: Amedeo Hartmann Giuseppe Maria Asinari di San Marzano,** *Presidente;* **Marcelo Batista Moreira,** *Secretário.* **JUCESP** nº 252.148/24-1 em 21/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 65ª (SEXAGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 65ª (sexagésima quinta) Emissão da VERT Companhia Securitizadora ("Titulares dos CRA", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), em atenção ao disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização da Emissão, a participarem da Assembleia Especial de Investidores de CRA, que será realizada, em primeira convocação, no dia 29 de julho de 2024, às 15h (quinze horas), de forma exclusivamente remota, via vídeo conferência através da plataforma "Zoom", conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar ou não o encerramento da Emissão, considerando uma nova emissão de CRA da Securitizadora, cujos lastros serão as novas Cédulas de Produto Rural Financeira emitidas pelo mesmo Emitente da atual Emissão ("Nova Emissão"), sendo que a integralização será realizada mediante a dação em pagamento das quantidades de CRA em favor da Emissora; (ii) Caso seja aprovada a matéria acima, aprovar a celebração de todos e quaisquer documentos necessários para a consecução das condições previstas no item (i). (iii) Caso aprovado o item (i), aprovar ou não a dispensa de qualquer prazo de antecedência, pagamento de prêmio ou procedimento previsto ao encerramento da Emissão, conforme previsto na cláusula 11.1.1 e no item (C) da cláusula 11.1.2 da CPR-F, bem como na cláusula 7.1.1 e no item (C) da cláusula 7.1.2 do Termo de Securitização; (iv) Aprovar ou não a liberação dos Imóveis Garantia: "Fazenda Cristo Rei VI", objeto da matrícula nº 5.980 do Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, de propriedade da Agropecuária Rovaris, "Fazenda Centro Oeste I-C", objeto da matrícula 10.399 do Registro de Imóveis da Comarca de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso, de propriedade de Atílio, Edevaldo, Jenifer, Valdocir e Estér, "Fazenda Centro Oeste II", objeto da matrícula nº 10.669 do Registro de Imóveis da Comarca de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso, de propriedade de Atílio, Edevaldo, Jenifer, Valdocir e Estér, bem como as demais garantias da Emissão após a realização do seu encerramento; e (v) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia. Informações Gerais: presente Assembleia será realizada via vídeo conferência, via plataforma "*Zoom*". A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema *Zoom* de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Securitizadora àqueles Titulares que enviarem ao endereço eletrônico da Securitizadora para ri@vert-capital.com e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@planner.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. O Titular do CRA poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da instrução de voto à distância em sua página eletrônica (https://ri.vert-capital.com/#/detalhes/236/390) e na página eletrônica da CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRA ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. A Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 12.8 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas por, no mínimo (i) 70% (setenta por cento) dos CRA em Circulação, em primeira convocação, e, em segunda convocação, conforme edital que vier a ser oportunamente publicado, caso necessário. As orientações e informações complementares aos Titulares dos CRA que desejem participar desta Assembleia, da referida emissão, podem ser solicitadas através do endereço eletrônico: agentefiduciario@planner.com.br e ri@vert-capital.com.

São Paulo, 09 de julho de 2024.

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA - Securitizadora

AEGEA Saneamento e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 08.827.501/0001-58 - NIRE 35.300.435.613 - (*Companhia Aberta*)

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24 de Junho de 2024

24/06/2024, às 10h, na sede social da AEGEA Saneamento e Participações S.A. **Presença:** A presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia. **Deliberações:** **(i)** aprovar a distribuição e pagamento dos Dividendos Intercalares aos acionistas da Companhia, da seguinte forma: **(a)** o valor total de R$ 71.951.643,93 aos acionistas detentores de ações ordinárias, a ser pago em uma ou mais parcelas, a saber: **(a.1)** R$ 50.885.947,94 à Equipav Saneamento S.A.; **(a.2)** R$ 13.726.628,35 à Angelo Investment Private Limited; e **(a.3)** R$ 7.339.067,64 à Itaúsa S.A.; **(b)** o valor total de R$ 12.848.507,85 aos acionistas detentores de ações preferenciais classe "A", a ser pago em uma ou mais parcelas, a saber: **(b.1)** R$ 3.255.683,37 à Equipav Saneamento S.A.; e **(b.2)** 9.592.824,48 à Angelo Investment Private Limited; **(c)** o valor total de R$ 17.987.910,98 aos acionistas detentores de ações preferenciais Classe "D", a ser pago em uma ou mais parcelas, a saber: **(c.1)** R$ 56.037,10 à Equipav Saneamento S.A.; **(c.2)** R$ 11.713.100,03 à Angelo Investment Private Limited; e **(c.3)** R$ 6.218.773,85 à Itaúsa S.A.; e **(ii)** autorizar os administradores da Companhia para que adotem todas as providências necessárias para a realização do pagamento dos dividendos declarados acima. **Encerramento:** nada mais a ser tratado. São Paulo/SP, 24/06/2024. **Mesa:** **Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo -** Presidente; **André Pires de Oliveira Dias -** Secretário. **JUCESP** nº 258.795/24-4 em 02/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.

CHUBB

CNPJ/MF nº 03.502.099/0001-18 - NIRE 35.300.174.542

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28 de março de 2024, às 12:00 horas, na sede social da Chubb Seguros Brasil S.A., na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 26º e 27º andares do Edifício Eldorado Business Tower, CEP 05402-920 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Sr. **Leandro Martinez Raymundo -** Presidente; e **Marcos Krause** - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a ratificação da renúncia do Sr. Paulo Manuel Pinto Pereira como Diretor da Companhia; **(ii)** a eleição da nova Diretora da Companhia; **(iii)** a redistribuição e ratificação dos cargos e funções atribuídos aos Diretores da Companhia; e **(iv)** a indicação do novo Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **5. Deliberações:** Colocadas as matérias da ordem do dia em discussão e posterior votação, os conselheiros, por unanimidade de votos, sem qualquer reserva ou ressalva, aprovaram: **(i)** a ratificação da renúncia do Sr. **Paulo Manuel Pinto Pereira,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 13.131.857-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.361.928-71, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, do cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia, conforme o **Termo de Renúncia** anexado a esta ata. **(ii)** a eleição da Sra. **Carla Theresa Faria Jacarini,** brasileira, divorciada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 4.045.807, inscrita no CPF/MF sob o nº 772.328.796-87, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Sra. Carla**") para o cargo de Diretora Vice-Presidente até a realização da assembleia geral ordinária da Companhia em março de 2026, conforme estabelecido no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia e no **Termo de Posse** anexo; A Sra. Carla aceita o cargo para o qual foi eleita e foi empossada nesta data mediante assinatura do **Termo de Posse** anexo a esta ata. Ainda, a Sra. Carla declara, para os devidos fins e efeitos legais, e sob as penas da lei, que **(a)** cumpre com todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para sua eleição como Diretora da Companhia, **(b)** preenche todas as condições previstas na Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, **(c)** não foi condenada por qualquer crime, e não está sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foi condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a econômica popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé público ou a propriedade, ou qualquer outro crime previsto em lei que a impeça de exercer o cargo para o qual foi eleita; e **(d)** não está impedida de exercer cargo na administração da Companhia por lei especial; **(iii)** tendo em vista a eleição aprovada neste ato, os cargos e funções da Diretoria da Companhia serão distribuídas entre seus membros da seguinte forma: **(iii.a) Leandro Martinez Raymundo,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 27.909.904-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 274.651.668-37, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Sr. Leandro**"): Diretor Presidente e Diretor responsável pelas relações com a SUSEP; **(iii.b) Carla Theresa Faria Jacarini,** brasileira, divorciada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 4.045.807, inscrita no CPF/MF sob o nº 772.328.796-87, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo: Diretora Vice-Presidente, Diretora responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/2003 e Resolução CNSP nº 432/2021), Diretora responsável por estabelecer e supervisionar os convênios estabelecidos com seguradoras estrangeiras para operação do seguro de RCTR-VI-C (Circular SUSEP nº 570/2018), Diretora responsável pela contratação de correspondentes de microsseguro e pelos serviços por eles prestados, Diretora responsável pelos representantes de seguros; Diretora responsável pela conduta a ser observada pelas seguradoras no relacionamento com os clientes (Resolução CNSP nº 382/2020) e Diretora responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021); **(iii.c) Marcelo Cesaro,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da cédula de identidade RG nº 24.146.964-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 146.720.168-54, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 26º e 27º andares do Edifício Eldorado Business Tower, CEP 05402-920: Diretor Vice-Presidente, Diretor responsável administrativo-financeiro, Diretor responsável pela supervisão contábil, Diretor responsável pela auditoria independente, Diretor responsável pelo sistema de Registro das operações de Seguros (Resolução CNSP nº 383/2020); **(iii.d) Luciano Alves Santos,** brasileiro, casado, atuário, portador da cédula de identidade RG nº 227.906.743, inscrito no CPF/MF sob nº 271.209.948-67, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 26º e 27º andares do Edifício Eldorado Business Tower, CEP 05402-920: Diretor Vice-Presidente e Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e nº 612/2020); e **(iii.e) Flávia Porsani Nogueira Peixoto,** brasileira, casada, bacharel em análise de sistemas, portadora da cédula de identidade RG nº 34.418.288-5, inscrita no CPF/MF sob o nº 303.747.488-29, residente e domiciliada na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo: Diretora Responsável pelos Controles Internos da Companhia (Resolução CNSP nº 416/2021); e **(iv)** a indicação do Sr. Leandro, eleito como membro do Conselho de Administração da Companhia na assembleia geral extraordinária realizada no dia 28 de março de 2024 às 11:00h, como Presidente do Conselho de Administração. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: **Leandro Martinez Raymundo -** Presidente e **Marcos Krause -** Secretário. Conselheiros: Leandro Martinez Raymundo, Roberto Salcedo Reyes e Angel Ignácio Díaz Millán. A presente ata é cópia fiel da original que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, 28 de março de 2024. Mesa: **Leandro Martinez Raymundo -** Presidente; **Marcos Krause -** Secretário. Diretora Eleita: **Carla Theresa Faria Jacarini -** Diretora Eleita. **JUCESP** nº 226.772/24-0 em 20/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANTISSEMITISMO

Governo de Minas assina acordo com Israel para desenvolvimento econômico

O governo de Minas assinou, na segunda-feira (8/7), dois documentos em parceria com o Ministério das Relações Exteriores do Estado de Israel, para fortalecer a relação entre o estado e o país.

Um é o protocolo de intenções de cooperação mútua, e o outro é o que reconhece a definição internacional de antissemitismo, que busca combater este tipo de crime no estado.

A cerimônia de assinatura foi realizada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, e contou com a presença do governador Romeu Zema; do embaixador do estado de Israel no Brasil, Daniel Zonshine; do secretário de Estado da Casa Civil, Marcelo Aro; da secretária de Estado Adjunta de Desenvolvimento Econômico, Kathleen Garcia, entre outras autoridades.

O governador assinou o documento com a definição internacional de antissemitismo, que determina que Minas Gerais adote o protocolo da Aliança Internacional de Memória do Holocausto (IHRA) de antissemitismo.

Por meio da definição, também fica acordado que Minas Gerais deve abordar e prevenir atividades relacionadas a preconceitos motivados por antissemitismo. Essa definição se fez necessária após as ameaças de ataques terroristas contra prédios da comunidade judaica no Brasil, no ano passado. A finalidade deste documento é educacional e de reconhecimento histórico. Não prevê despesas orçamentárias e não há regramentos específicos decorrentes da definição.

O conceito de antissemitismo se refere a manifestações verbais e físicas direcionadas a indivíduos judeus ou não judeus e/ou suas propriedades, a instituições da comunidade judaica e instalações religiosas judaicas. "Tivemos a infelicidade de termos no Brasil diversas declarações, inclusive de autoridades, com conotações antissemitas. E nós, mineiros, nos posicionamos totalmente contrários a isso. O ser humano deve ser respeitado em toda sua plenitude, independentemente de cor, raça, crença religiosa, ou de qualquer outra questão. Somos todos iguais", destacou o governador.

Para o embaixador do estado de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, o documento reforça a luta contra o antissemitismo no estado.

"Esse documento é importante pois é um fenômeno que preocupa a todos nós e tem de ser combatido. Além de facilitar a identificação do antissemitismo, essa assinatura cria ferramentas para lutar contra isso, fortalecendo essa luta", disse.

Também foi assinado o protocolo de intenções, com o Ministério das Relações Exteriores do Estado de Israel, que define o interesse de Minas Gerais e o Estado de Israel em promover atividades em conjunto, com perspectivas de coperação entre as partes.

Essas atividades podem ser desenvolvidas em diversas áreas como agricultura, recursos hídricos, educação, segurança pública, ciência e tecnologia. O protocolo define a criação de grupos de trabalho compostos por autoridades e especialistas técnicos para desenvolver projetos de cooperação e colaboração nas áreas.

"Temos um grande potencial de comércio entre Minas e Israel e precisamos que explorar isso. Além do café que Minas envia para Israel, temos outros setores e serviços que também são importantes e podem ser relevantes nessa relação", ressaltou o embaixador.

Em 2023, o fluxo comercial entre Minas Gerais e Israel foi de US$ 50,6 milhões, com as exportações somando US$ 23,6 milhões e as importações US$ 27,09 milhões. O objetivo do acordo é abrir as portas para o país e ampliar o fluxo comercial.

"Quero ressaltar que esse fluxo comercial ainda é pouco. Temos muito o que fazer para aumentar, ainda mais, essa relação entre Israel e Minas Gerais. Estamos aqui de portas abertas, com o maior interesse. E a comunidade judaica sabe que nós temos aqui um governo com as portas abertas para recebê-los, para dialogar. Temos o maior respeito por essa nação, cujo povo talvez tenha sido um dos mais perseguidos em toda a história. Contem conosco", complementou o governador.

ZONA NORTE

Violência deixa dois militares e um civil mortos e afeta operação de trens no Rio

A concessionária SuperVia, responsável pelos serviços de trens urbanos no Rio de Janeiro, registrou, na segunda-feira (8), redução de 60% no número de passageiros do ramal Belford Roxo. É que a operação dos trens foi prejudicada em razão da violência em Costa Barros, zona norte da cidade. O fim de semana teve conflitos na região entre grupos criminosos rivais, que resultaram em três mortes, entre as vítimas um policial militar e um soldado do Exército.

"A operação dos trens no trecho segue irregular, com intervalos de mais de 60 minutos e os clientes precisando trocar de composição na estação Mercadão de Madureira para seguir viagem até os terminais. Essa medida está sendo necessária para que o serviço dos trens não seja paralisado completamente no ramal Belford Roxo", informou, em nota, a concessionária.

Segundo a SuperVia, a situação de violência na região de Costa Barros impediu que a equipe de manutenção realizasse reparos no local que teve a rede aérea danificada por tiros na noite de sábado (6).

"Por causa desse cenário de insegurança, em mais um episódio em que a SuperVia é prejudicada em sua operação, na manhã de segunda-feira (8), a concessionária verificou uma redução de 60% no número de passageiros do ramal Belford Roxo", informou. A SuperVia destacou, ainda, que as equipes de manutenção só irão para o local quando a situação de segurança estiver normalizada.

Por causa da disputa territorial entre facções rivais, a Polícia Militar permanece com o policiamento intensificado na região. "Na segunda-feira, até o momento, sem registro de prisões ou apreensões", concluiu em nota enviada à Agência Brasil.

Entre a noite de sábado e a madrugada de domingo, houve uma tentativa de invasão de traficantes do Morro do Chapadão e integrantes de outra facção diferente da que comanda a região. No confronto, registrou-se tiroteio intenso, comentado por moradores em redes sociais.

Para conter a violência, a Polícia Militar fez operação de emergência, quando o sargento Mauro Batista dos Santos, lotado no 41º BPM (Irajá), foi atingido. Ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos.

"As equipes do 41ºBPM (Irajá) estavam em deslocamento para intensificar o policiamento no entorno do Complexo da Pedreira, após tentativa de invasão de um grupo criminoso na noite de sábado (6), quando os policiais militares foram atacados a tiros por criminosos na Estrada João Paulo, em Barros Filho, na zona norte da capital. O policial militar foi atingido e socorrido ao Hospital Estadual Carlos Chagas, mas infelizmente não resistiu. O sargento Mauro tinha 43 anos, estava na corporação desde 2002 e era lotado no 41ºBPM. O policial deixa esposa e uma filha", informou ontem a Secretaria de Estado da Polícia Militar.

Ainda no conflito, o soldado do Exército Erick Aguiar de Souza foi baleado. A Seção de Comunicação Social do Comando Militar do Leste (CML) informou que o militar do 1º Depósito de Suprimento, "faleceu em decorrência de disparo de arma de fogo quando regressava para a sua residência, na localidade de Costa Barros".

Ainda conforme o CML, as investigações estão a cargo de órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro. "Neste momento de consternação, o Comando Militar do Leste está prestando todo o apoio à família e solidariza-se com os familiares e amigos", concluiu em nota. A terceira vítima ainda não foi identificada.

RED STUDIO BRASIL PRODUÇÃO E ANIMAÇÃO LTDA.
CNPJ 22.910.094/0001-79- NIRE 33.2.1001090.5
Edital de Convocação. Ficam convocados os sócios da **RED STUDIO BRASIL PRODUÇÃO E ANIMAÇÃO LTDA.** ("RED"), nos termos do §3º do art. 1.152 do Código Civil, a participar de reunião de sócios a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 19.07.24, às 9:30h, e, em 2ª convocação, no mesmo dia, às 10h, de forma virtual, através da plataforma Microsoft Teams, por meio do link enviado para os e-mails dos sócios cadastrados junto à RED, para deliberar sobre: a aprovação das contas da administração referentes aos exercícios sociais de 2018 a 2023 e a dissolução e liquidação da RED. Rio de Janeiro, 08.07.24. **Sabrina Bogado Corrêa da Silva**, administradora.

CHAMI EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ nº 34.125.641/0001-94
EXTRATO DA ATA DA AGO/E de 28/03/2024. 1) Local: Av. Vieira Souto, 320 - RJ às 8:00hs. **2)** Presente mais de ¾ dos acionistas com direito a voto. **3) Mesa**: Presidente: Sonia Leite Chami; Secretária: Marcia Leite Chami. **4) Aprovações: a)** Relatório da Administração e Demonstr. Financeiras do exercício de 2023 com seus respectivos ajustes e notas explicativas; **b)** Aprovação da destinação dos resultados acumulados em 31/12/23 e dos dividendos; **c)** Aprovação do orçamento para 2024; **d)** consolidação dos estatutos. Ass.) Sonia Leite Chami (Presidente) e Marcia Leite Chami (Secretária). Rio de Janeiro, 28/03/2024. Certidão: Certifico o deferimento e o arquivamento em 21/05/2024 sob o número 00006245486 - Gabriel Oliveira de Souza Voi (Secretário Geral) - JUCERJA.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SHOPPING CENTER DO MEIER
CNPJ 29.168.549/0001-71
Assembleia Geral Extraordinária - Convocação - de acordo com o disposto no capítulo III, artigo 13º, da Escritura de Convenção, são convocados os senhores condôminos do Condomínio do Edifício Shopping Center do Meier, para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 18 de julho de 2024, às 08:00hs, em primeira convocação ou às 08:30hs, em segunda convocação, com qualquer número de condôminos presentes no escritório da Shopping Center do Brasil S/A - Administração de Bens, na rua Dias da Cruz, 255, sub-solo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) ratificação pela Assembleia de atos administrativos; b) deliberar sobre a proposta de alteração da escritura de convenção de condomínio do art. 2º elevando o total das cotas ideais de 10.000/10.000 (dez mil) avos para 30.000/30.000 (trinta mil) avos, arts. 3º, 10, letra "b", 12, § 1º, 13,16,24, parágrafo único, 30, letras "a" e "b" e 47; c) assuntos de interesses gerais. Rio de Janeiro, 09 de julho de 2024, Shopping Center do Brasil S/A - Administração de Bens - Síndica.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTECT/RJ
EDITAL DE PARALISAÇÃO
O Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado do Rio de Janeiro - SINTECT/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 32.269.706/0001-40, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 502 - 14º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20071-000, por seu representante abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto convoca os trabalhadores das seguintes unidades: - CDD Santa Cruz e CDD Praça do Gado localizados Rua Felipe Cardoso, 909, Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 23510-971 da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Rio de Janeiro, para Assembleia Geral Extraordinária em 11/07/2024, na porta da Unidade no endereço supracitado acima às 09:00 horas para Apreciação da paralisação das suas atividades laborais a partir do mesmo dia, por tempo indeterminado por falta de condições de trabalho e locação de um novo imóvel.
Rio de Janeiro, 09 de julho de 2024.
Marcos Antônio Sant'Águida do Nascimento
Presidente do SINTECT/RJ
Rosemeri de Farias Leodoro
Secretária Geral do SINTECT/RJ

JB 695 Empreendimentos Imobiliários S.A.
CNPJ/MFn.° 21.137.024/0001-67 - NIRE 33.3.0032124-1
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRiA realizada em 13 de junho de 2024. Data, Horário e Local: 13 de junho de 2024, às 15:00 horas, na sede da JB 695 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Lopes Quintas 177 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.460-010. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social. Composição da Mesa: Presidente: Rafaela Nissenbaum Perim; e Secretário: Augusto Cesar Roxo de urzedo Rocha Filho. Convocação: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4°, da Lei n.° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n° 6.404/76"). Ordem do Dia e Deliberações: A seguinte ordem do dia foi aprovada por unanimidade de votos: 1. Aprovação da lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei n.°6.404/76. 2. Aprovar, por unanimidade dos votos, a redução do capital social da Companhia em R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valor considerado excessivo para consecução do objeto social da Companhia, conforme artigo 173 da Lei n.° 6.404/76, passando o capital social de R$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões de reais) para **R$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais)**, sem o cancelamento de ações. A redução de capital em comento não altera ou afeta os direitos dos acionistas, certo de que não haverá cancelamento de qualquer das ações representativas do capital social, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações emitidas e o percentual de participação dos acionistas no capital social, não obstante a restituição de R$0,01190476 por ação. 3. Aprovar a restituição do valor proveniente da redução supramencionada aos acionistas, proporcionalmente às participações no capital social, em até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Ata, conforme artigo 174 da Lei n.° 6.404/76. 4. Autorizar que a Administração da Companhia realize todas as providências necessárias à efetivação da restituição do valor acima aos acionistas considerando o pagamento de: (i) R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a acionista CARDEIROS IMOBILIÁRIA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.; (ii) R$ 197.500,00 (cento e noventa e sete mil e quinhentos reais) para o acionista SELMO NISSEMBAUM; e (iii) R$ 302.500,00 (trezentos e dois mil e quinhentos reais) para a acionista PERSONALE PARTICIPAÇÕES LTDA. 5. **Reeleger, com a concordância da unanimidade dos Sócios, a Diretoria da Companhia até 13/06/2026 ou até a próxima Assembleia da Companhia que trate deste tema, ratificando todos os seus atos até o presente momento, permanecendo sua composição na forma abaixo:** (i) **RAFAELA NISSENBAUM PERIM**, brasileira, casada, administradora de empresas, nascida em 02/09/1993, portadora da CNH n° 05445959870 emitida pelo Detran/RJ, inscrita no CPF sob o n° 150.436.837-16, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro/RJ na Rua Barão de Jaguaribe, n°190, apto. 401, Ipanema, CEP 22.421-000, Diretora Presidente; e (ii) **AUGUSTO CESAR ROXO DE URZEDO ROCHA FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade n° 043356609 emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o n° 10.813.757-87, residente e domiciliado na Avenida das Américas 500, Bloco 18, salas 201 a 204 - Barra da Tijuca, Diretor Financeiro. 6. Em decorrência das deliberações acima, reformar o Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a redução do Capital Social, passando o ARTIGO 5° do Estatuto a vigorar com a seguinte redação, conforme **Anexo I**: *"Artigo 5° - O capital social subscrito e integralizado é de R$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais), dividido em 84.000.000 (oitenta e quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares junto a instituição financeira indicada pela Companhia, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do Artigo 35 da Lei n.° 6.404/76. PARÁGRAFO SEGUNDO - Cada ação ordinária corresponde a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais.*" 7. Reformar o Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a redução de capital social ora deliberada, conforme **Anexo I**. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme, foi assinada pela totalidade dos acionistas presentes e pelos membros da mesa. Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2024. Mesa: Rafaela Nissenbaum Perim - *Presidente,* Augusto Cesar Roxo de Urzedo Rocha Filho - *Secretário.* Acionistas: Personale Participações Ltda. - CNPJ n° 12.218.685/0001-26, Selmo Nissembaum - CPF n° 687.777.607-00, Cardeiros Imobiliária Participações e Serviços Ltda. - CNPJ n° 33.769.993/0001-10.

BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DA 1ª REGIÃO MILITAR - RJ
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90014/2024 - UASG 160303
Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 05/07/2024 foi alterado. Objeto: Aquisição eventual e futura de pulveirizadora, máquina de pintura, tintas e acessórios para a APDC da Base de Administração e Apoio da 1ª RM. Total de Itens Licitados: 43. Novo Edital: 09/07/2024 das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h00. Endereço: Pca Duque de Caxias 25 - 1º Andar da Ala Marcílio Dias - Centro, - Rio de Janeiro/RJ. Entrega das Propostas: a partir de 09/07/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 22/07/2024, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.
ALINSON DE PAULA
Ordenador de Despesas
(SIASGnet - 08/07/2024) 160303-00001-0001NE000001

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTECT/RJ
COMUNICADO À POPULAÇÃO SOBRE PARALISAÇÃO
O Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado do Rio de Janeiro - SINTECT/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 32.269.706/0001-40, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 502 - 14º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20071-000, por seu representante abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto comunica à população que os trabalhadores das seguintes unidades: - CDD Santa Cruz e CDD Praça do Gado localizados Rua Felipe Cardoso, 909, Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ - CEP 23510-971 da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Rio de Janeiro, para Assembleia Geral Extraordinária em 11/07/2024, na porta da Unidade no endereço supracitado acima às 09:00 horas para Apreciação da paralisação das suas atividades laborais a partir do mesmo dia, por tempo indeterminado por falta de condições de trabalho e locação de um novo imóvel.
Rio de Janeiro, 09 de julho de 2024.
Marcos Antônio Sant'Águida do Nascimento
Presidente do SINTECT/RJ
Rosemeri de Farias Leodoro
Secretária Geral do SINTECT/RJ

GRÊMIO RECREATIVO VERA CRUZ
CNPJ: 34. 140.459/0001-02
Edital de Convocação
O associado proprietário (Único vivo) **José Caruzzo Escafura** do **Grêmio Recreativo Vera Cruz**, nos termos dos Artigos 47 - Letra "B" e 48, convoca o corpo social do **Grêmio Recreativo Vera Cruz para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária**, que será rea lizada no dia 16 de julho de 2024, em sua sede própria na Rua Frei Henrique, 46 - Piedade - Rio de Janeiro/RJ - CEP.: 20751 -160 às 19:00 horas em primeira convocação e às 20:00 horas em segunda convocação, obedecendo ambas ao **"quórum"** estatutário, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **1) Recadastramento de Associados; 2) Reforma Estatutária; 3) Aquisições de Títulos de Associados Patrimoniais; 4) Eleição e Posse da Diretoria Administrativa e Conselho Fiscal.** Rio de Janeiro, 08 de julho de 2024.